

Filomena Sousa

A Participação na Salvaguarda do Património Cultural Imaterial

O papel das Comunidades, Grupos e Indivíduos

Colaboração

Vera Refólio

Filomena Sousa

A Participação na Salvaguarda do Património Cultural Imaterial

O papel das Comunidades, Grupos e Indivíduos

**Título: A Participação na Salvaguarda do Património Cultural Imaterial
O papel das Comunidades, Grupos e Indivíduos**

Autor: Filomena Sousa

Colaboração: Vera Refólio

© 2018 Memória Imaterial CRL

Capa: Memória Imaterial

Edição: Memória Imaterial CRL. Rua da Colectividade 4, 2580-258 Alenquer. Portugal

www.memoriamedia.net

ISBN: 978-989-99397-3-8

MEMORIA
imaterial
Cooperativa Cultural

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

IF INVESTIGADOR
FCT

Pesquisa financiada pela FCT- Fundação para a Ciência e Tecnologia - Investigador IF [IF/00725/2015/CP1281/CT0001]

ÍNDICE

Introdução	1
1. A Convenção UNESCO 2003 e o foco nas pessoas – os conceitos	3
1.1. Medidas de salvaguarda e a sua implementação.....	6
1.2. Definições de “comunidades”, “grupos” e “indivíduos” (CGIs).....	8
1.3. Formas de participação dos CGIs.....	10
1.3.1. A participação dos CGIs na identificação e na inventariação.....	14
1.3.2. As Listas Mundiais da UNESCO.....	17
2. A Convenção UNESCO 2003 e o foco nas pessoas – as práticas	20
2.1. A participação dos CGIs nos processos entregues à UNESCO	22
2.2. A participação dos CGIs em ações museológicas e na inventariação de PCI.....	28
2.2.1. Os Museus, o PCI e as Metodologias Participativas.....	28
2.2.2. A participação dos CGIs em atividades de inventariação do PCI	35
a) Os CGIs e a participação na inventariação - perspetiva geral.....	36
b) Os CGIs e a participação na inventariação - o potencial digital.....	45
Conclusão	56
Quadro 1. Exemplos de métodos e técnicas para promover o envolvimento dos CGIs/fases do processo de salvaguarda do PCI	64
Bibliografia	65
Anexo 1.....	72

A Participação na Salvaguarda do Património Cultural Imaterial

O papel das Comunidades, Grupos e Indivíduos

Introdução

No âmbito do projeto *Digital Cultural Heritage: Platforms and Inventories of the Intangible* (DCHPII)¹ foi publicado em 2017 o *Map of e-Inventories of Intangible Cultural Heritage*. Numa análise preliminar concluiu-se que entre os 158 inventários registados nesse Mapa apenas 22 (14%) anunciavam de forma visível o carácter colaborativo da inventariação, apelando à participação direta das “Comunidades, Grupos e Indivíduos” (expressão aqui frequentemente substituída pela sigla CGIs).² Esse apelo referia-se em particular ao envio de propostas de elementos a inventariar e a instruções para preenchimento *online* da base de dados associada ao inventário. Salvo raras exceções, não se encontraram nessas plataformas referências à participação noutras fases da inventariação, nomeadamente no planeamento, estruturação e avaliação do processo.

Sendo o estudo da aplicação de metodologias participativas uma das linhas de investigação do projeto DCHPII, e ocupando a participação dos CGIs um papel central na implementação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) - ou seja, em todas as medidas de salvaguarda nela invocadas e não apenas na inventariação -, os resultados da análise do Mapa ativaram, no projeto, a necessidade de elaborar o estado de arte do uso dessas metodologias. Por essa razão apresenta-se nesta publicação uma perspetiva abrangente que aborda as questões da inventariação e das plataformas digitais, mas suplanta-as analisando o processo de salvaguarda na sua generalidade.

No primeiro capítulo, a partir de instrumentos legais vinculativos da salvaguarda do Património Cultural Imaterial (PCI) – a Convenção UNESCO 2003, as suas Diretrizes Operativas e os Princípios Éticos que regem a sua implementação – desenvolve-se a conceptualização teórica que norteia e define o que se entende por “envolvimento dos

¹Financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia - Programa Investigador FCT.

²Sigla sugerida por Jacobs (2017) e utilizada desde essa data por vários investigadores de forma a facilitar a referência a estes atores sociais sem generalizar ou, como por vezes acontece, sem substituir os três conceitos que são distintos entre si – “comunidades”, “grupos” e “indivíduos” pelo conceito único de “comunidades”. Hertz comenta que as expressões “comunidade, grupo ou, sendo o caso, indivíduos” e “o livre, prévio e informado consentimento” desses atores são referidos repetitivamente na Convenção e nas Diretrizes Operativas, “sem sinónimos, aproximações ou cortes em evidência”, o que as define como “entidades legitimadas pela estrutura normativa internacional (...) cruciais não apenas no esquema conceptual montado pela Convenção PCI mas também para a sua operacionalização.” (2015: 30) [nossa tradução].

CGIs”. Entre outros, definem-se e problematizam-se os conceitos de “participação”, de “consentimento livre, prévio e informado”, de “comunidades”, “grupos” e “indivíduos”.

O segundo capítulo, dedicado às práticas, apresenta uma revisão de artigos que permite analisar a aplicação das metodologias a partir de dois tipos de *corpus*: 1) as conclusões de estudos sobre os relatórios dos Estados-parte apresentados à UNESCO e os processos de candidatura a inscrições de elementos do PCI nas Listas Mundiais; 2) as conclusões de estudos empíricos baseados em projetos específicos - experiências de implementação de diferentes medidas de salvaguarda protagonizadas por museus e experiências de inventariação protagonizadas por entidades diversas.

O objetivo é perceber se as metodologias participativas estão a ser aplicadas ou não; se o envolvimento das populações é apenas uma intenção idealista não concretizada; se é possível identificar as dificuldades, detetar vantagens, boas práticas ou pistas que sustentem novas e mais eficazes técnicas de participação no âmbito do PCI.

Do confronto da teoria com as práticas conclui-se que, sendo a participação dos CGIs enfatizada nos discursos, na prática, o real envolvimento ainda é residual identificando-se, no âmbito dos projetos de salvaguarda do PCI, cinco aspetos que dificultam essa concretização: 1) a excessiva centralidade dos Estados-parte nos processos de patrimonialização; 2) a diversidade das interpretações dos conceitos; 3) a falta de informação entre os CGIs; 4) a falta de experiência na dinamização de equipas compostas por diferentes atores e 5) a falta de método e de profissionais para operacionalizar a participação das comunidades, grupos e indivíduos. Depois de descritos cada um destes obstáculos apresentamos, por fim, uma sugestão metodológica que poderá adequar-se a diferentes momentos do processo de salvaguarda e que deve ser entendida como modal, flexível e adaptável aos contextos culturais implicados.

1. A Convenção UNESCO 2003 e o foco nas pessoas – os conceitos

Em 2003, na Conferência Geral da UNESCO, os Estados-Membros reconhecendo que não existia nenhum instrumento multilateral com carácter vinculativo destinado a salvaguardar o Património Cultural Imaterial³ votaram a adoção da Convenção que teria esse propósito.⁴

Na base dessa decisão está o facto de se considerar o património cultural imaterial:

- um importante gerador do diálogo e da diversidade cultural;
- um garante do desenvolvimento sustentável;
- pouco reconhecido e subvalorizado (especialmente se comparado com o património material e natural);
- em perigo por enfrentar “*graves ameaças de degradação, de desaparecimento e de destruição (...), em especial, devido à falta de meios para a sua salvaguarda*” (UNESCO, 2003, Preâmbulo);
- em perigo por estar sujeito às consequências dos processos de globalização e transformação social (e outras condições, como fenómenos de intolerância).

A resposta à pergunta: porquê adotar a Convenção UNESCO 2003? Está então na decisão assumida pela comunidade internacional de intervir na promoção de medidas de salvaguarda que garantissem a valorização, a diversidade, a sustentabilidade e a transmissão da cultura imaterial às novas gerações. As expressões orais, as práticas sociais, as representações e conhecimentos, o saber-fazer, as artes performativas e outras manifestações populares passam a ter um instrumento vinculativo que defende e promove medidas para a sua salvaguarda. Ao ratificarem a Convenção, os Estados comprometem-se a implementar, nos seus países, processos de patrimonialização que implicam a aplicação dessas medidas.

Mas a que medidas de salvaguarda se refere a Convenção?

Aqui, e antes de avançar sobre outras conceptualizações, importa esclarecer o que se entende por “processo de patrimonialização”. A execução de medidas de salvaguarda

³ Diferente daquilo que acontecia com outras formas de património com referência à Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972. Existindo apenas recomendações, declarações e programas que foram avaliados e ponderados de forma a servirem de base à criação da Convenção UNESCO 2003 (nomeadamente a Recomendação da UNESCO para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore de 1989, avaliada em 1999 concluindo-se que estava a ser largamente ignorada e ineficaz (Kurin, 2007; Jacobs, 2016; Van Uytsel, 2012); a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural de 2001; a Declaração de Istambul de 2002 e o programa de Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade).

⁴ Em outubro de 2018, 178 países tinham retificado a Convenção UNESCO 2003. In <https://ich.unesco.org/en/states-parties-00024>

sobre bens culturais imateriais pressupõe a instauração de processos de patrimonialização (daí a Convenção não se referir a “bens culturais imateriais”, mas sim ao “património cultural imaterial”). Esse processo de decidir, segundo determinados critérios e Diretrizes Operativas, quais os bens culturais que são suscetíveis de serem reconhecidos como património e, desse modo, serem objeto de medidas de salvaguarda, é sempre um processo sujeito a condições e pressões sociais, económicas e políticas. Ou seja, o que se define como “património cultural imaterial” é uma construção social que depende dos seus protagonistas, da temporalidade, do espaço e da narrativa que se decide contar. E a narrativa mudou com a Convenção da UNESCO.

Entre outros aspetos, a atual narrativa distancia-se da narrativa tradicionalista e clássica. Especialmente na Europa o conceito de “cultura imaterial” redefine conceitos como “folclore” ou “cultura popular”, principalmente em países onde, no século passado, a “etnografia nacionalista” e ditatorial deixou um forte legado e o conceito de “folclore” ainda está associado a Estados e regimes que usam a cultura popular como instrumento de aculturação, ligando a ideia de tradição ao movimento nacionalista, aos conceitos de “autenticidade”, de “típico” e de “pitoresco” (Costa, 2008, 2013; Khaznadar, 2013; Leal, 2009, 2013; Pereiro, 2006; Sousa, 2015). Contrária-se, com a Convenção, uma perspetiva centrada no poder dos Estados, nas instâncias governamentais e na autoridade académica e científica e defende-se uma perspetiva humanista, liberal⁵ e participacionista.

O processo de patrimonialização das expressões da cultura imaterial deve, deste modo, estar nas mãos das “comunidades, dos grupos e, sendo o caso, dos indivíduos” e não centralizado nos Estados. Isto porque o PCI é, por definição, um “património vivo”, dinâmico, sujeito à mudança, à mobilidade e ao fluxo de pessoas, conhecimentos e bens, sendo recriado em função do seu meio, da sua interação com a natureza, da sua história e da sua sustentabilidade (Bortolotto, 2011; Sousa, 2015).

Resumindo, no centro desse processo devem estar as comunidades, os grupos e os indivíduos pois o PCI está dependente de quem o pratica e salvaguardar é:

- assegurar a viabilidade e sustentabilidade do património e dos CGIs que praticam as expressões da cultura imaterial.

O principal objetivo da Convenção é, assim, manter o “património vivo”, a prática continuada e a sua relevância para os atores envolvidos (Blake, 2009; Kurin, 2007; Severo & Venturini, 2015).

⁵ Na medida em que valoriza as representações e os sentimentos subjetivos dos indivíduos sobre o PCI.

Complementarmente, de acordo com a Convenção, as linhas de atuação, ou as medidas subjacentes à necessidade de salvaguardar a viabilidade do PCI consubstanciam-se nas seguintes ações (UNESCO, 2003, n.º 3 do art.º 2; art.º 12; art.º 13; art.º 14; art.º 16 e art.º 17):

- a identificação e valorização do PCI;
- a pesquisa, a documentação e a inventariação;
- a preservação, a proteção, a transmissão (formal e não formal) e a promoção;
- o planeamento, a definição de tutelas, instrumentos legais e financiamento;
- o desenvolvimento de programas de educação, formação, sensibilização e capacitação das comunidades e
- a inscrição em Listas Mundiais da UNESCO - Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade e a Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente.

Volta-se a referir, contudo, que nenhuma destas ações terá importância caso a tradição perca o seu significado junto das comunidades praticantes. Pode-se valorizar, difundir, documentar e transmitir ao nível local, nacional ou até internacional determinada expressão da cultura imaterial, mas se não se garantir a sua prática não existe património para salvaguardar. Como afirma Kurin:

“If the tradition is still alive, vital and sustainable in the community, it is safeguarded. If it exists just as a documentary record of a song, a videotape of a celebration, a multi-volume monographic treatment of folk knowledge, or as ritual artifacts in the finest museums in the country, it is not safeguarded” (2007: 12).

Considerando a Convenção 2003, a resposta à pergunta: quem deve produzir e implementar as medidas de salvaguarda? Recai então no protagonismo dado às comunidades, aos grupos e aos indivíduos. Segundo Van Uytsel, foi a necessidade de envolver ativamente estes atores, posicionando-os no centro dos processos de patrimonialização da cultura imaterial e empoderando-os, que impulsionou a adoção da Convenção 2003:

“The final impetus for adopting a binding legal instrument (i.e., a convention) was the criticism that the existing soft law instruments did not adequately recognize the communities’ proper role in the safeguarding process, being the active involvement of the communities” (Van Uytsel, 2012: 1).⁶

⁶ O autor refere-se às críticas feitas a alguns dos instrumentos enumerados na nota 4 desta publicação, nomeadamente à Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972 e à Recomendação da UNESCO para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore de 1989.

1.1. Medidas de salvaguarda e a sua implementação

Se os CGIs são centrais nas questões do PCI, não é possível, porém, esquecer que as políticas e práticas patrimoniais, enquanto processos construídos por diferentes atores com diferentes papéis e diferentes interesses, mas com um propósito comum - o de patrimonializar bens culturais - caracterizam-se pelas relações que se estabelecem numa vasta rede social. Também no que se refere à cultura imaterial é necessário considerar essa complexa rede onde as comunidades e os seus representantes têm um papel central, mas onde também se destaca o papel das nações, das organizações não governamentais, de profissionais e peritos do património, de académicos e de instituições internacionais, entre outros. Atores que se relacionam de forma muito diversa – em colaboração, conflito, tensão ou consenso. Os Estados para implementarem a Convenção têm necessariamente de conhecer e envolver essa rede que é muitas vezes difusa e heterogénea. Tarefa complexa e dificultada pela falta de experiência na implementação de sistemas de salvaguarda do PCI (Kurin 2004, 2007; Severo & Venturini, 2015; Tauschek, 2015).

É sabido que foram as organizações governamentais nacionais e supranacionais, através de um procedimento *etic*,⁷ que instituíram a conceptualização do PCI. Essas instituições definiram o que “regula” os processos de patrimonialização das manifestações culturais imateriais, não devido à reivindicação das populações ou da participação democrática das mesmas nessas decisões, mas porque, num papel interventivo, acharam urgente fazê-lo. O sucesso da implementação da Convenção depende diretamente da forma como os governos definem tutelas, instrumentos legais e fontes de financiamento, tal como das pontes que estabelecem entre o património e outros sectores - o educativo, o das artes e cultura, o do turismo, da economia ou da comunicação (Kurin, 2007). É, contudo, a mudança de perspetiva que confere um carácter inovador à Convenção: segundo uma abordagem *emic*, este instrumento defende que a ativação do processo de patrimonialização não deve acontecer a partir dos Estados e das suas instituições, mas sim a partir dos CGIs. Afasta-se assim da abordagem exclusivamente *etic* que lhe deu origem e alerta para o facto dos agentes exteriores às comunidades - instâncias científicas, técnicas ou administrativas - poderem incorrer no erro de ignorar ou rejeitar a subjetividade discursiva e os significados atribuídos pelos atores ao seu próprio património (Leal, 2013; Sousa, 2015).

⁷ “... descriptions or analyses from *etic* standpoint are ‘alien’ in view, with criteria external to the system. *Emic* descriptions provide an internal view, with criteria chosen from within the system. They represent to us the view of one familiar with the system and who knows how to function within it himself” (Pike, 1967: 38).

Os CGIs são os agentes ativos dos processos de patrimonialização, eles devem ser a “primeira voz” da Convenção tendo controle sobre todas as fases do processo (Galla, 2008). Porém, numa perspectiva de ação sustentável e de responsabilidade partilhada, devem usar essa agencialidade em colaboração com entidades administrativas e organizações científicas e/ou patrimoniais. Por sua vez, a atuação destas entidades é instruída para a colaboração, mediação, “negociação” com os CGIs enquanto agentes de assistência e não no sentido de deterem a “exclusividade” ou “autoridade” sobre o processo (Costa, 2013). As entidades administrativas, por exemplo, colaboram, explicam ou facilitam procedimentos logísticos e legais; a academia, os profissionais, instituições do património e as ONGs informam, descodificam a Convenção, promovem a capacitação das comunidades, formam ou orientam processos de inventariação (Hertz, 2015; Kurin, 2007; Sousa 2015). Foi nesta direção que, em 2006, em Tóquio, se definiram as recomendações redigidas no relatório que resultou da reunião de peritos onde se debateram, entre outros assuntos, as questões do envolvimento das comunidades na salvaguarda do PCI:

“The practitioners and custodians of ICH must play a central role in safeguarding measures, (...) active collaboration is needed between different stakeholders (...) top-down and bottom-up approaches are equally indispensable for designing and implementing measures at the national and the international level” (ACCU-UNESCO, 2006: 8).

Importa, porém, considerar que, parecendo evidente que os deveres de salvaguarda sobre o PCI são considerados à luz do direito da liberdade dos praticantes e transmissores – uma vez que estes podem não consentir o processo de patrimonialização e, em última instância, autorizar a extinção de determinada manifestação (Claro, 2009; Sousa, 2015), na verdade, de acordo com a Convenção, não é assim tão óbvio quem tem a legitimidade para decidir o futuro das expressões imateriais. Se por um lado as comunidades, grupos e, sendo o caso, indivíduos podem autorizar, ou não, a sua transmissão e/ou patrimonialização, dependendo da atribuição, ou não, de significado e relevância a determinada manifestação, por outro lado, caso essa prática esteja em perigo de desaparecer, a Convenção enquadra-a num regime de salvaguarda urgente que implica uma ação conjunta entre produtores e agentes especializados, científica e tecnicamente informados (Costa, 2008). Não é, deste modo, clara ou livre de interpretações a informação sobre quem deve decidir se uma manifestação necessita ou não de ações de revitalização (Sousa, 2015).

Vai ser um outro documento (com a definição dos doze Princípios Éticos (PE) para a salvaguarda do PCI, apresentado quase 10 anos depois do início da implementação da

Convenção)⁸ que esclarece um pouco mais sobre esta questão. Em particular o 12.º Princípio que assume o PCI como património da humanidade enunciando que:

“A salvaguarda do património cultural imaterial é do interesse geral da humanidade e, portanto, deve ser realizada por meio da cooperação bilateral, sub-regional, regional e internacional; não obstante, as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos nunca devem ser alienados do seu próprio património cultural imaterial” (12.º Princípio, decisão 10. COM 15.a). [Nossa tradução].

A análise conjunta dos 12 Princípios Éticos retoma, contudo, a importância da centralidade dos CGIs nos processos de patrimonialização do PCI - 11 desses Princípios fazem referência à agencialidade destes atores. Se alguma dúvida havia sobre este assunto, depois da aprovação e publicação deste documento essa centralidade não podia ser mais explícita.

1.2. Definições de “comunidades”, “grupos” e “indivíduos” (CGIs)

Devido à complexidade da expressão “comunidades, grupos e indivíduos” a Convenção, propositadamente, não apresenta nenhuma conceptualização da mesma, optando por remeter essas definições para a fase de implementação e dando início a um amplo debate, complexo e nem sempre consensual sobre esses conceitos. Desta discussão, em particular sobre o conceito de “comunidades”, tornam-se evidentes as seguintes considerações (Bortolotto, 2011; Sousa, 2015; Tauschek, 2015):

- as comunidades são organizações complexas e heterogêneas que compreendem diferentes formas, forças e interesses;
- não existe “a comunidade”, existem muitas formas das comunidades se organizarem;
- as comunidades não são “naturalmente” constituídas e unidas na sua origem, na sua evolução ou nas suas decisões;
- As comunidades, enquanto sistemas sociais, culturais, económicos e políticos, estão sujeitas a distribuições de poder, a conflitos e consensos;
- As comunidades constroem e gerem imagens e representações identitárias que projetam para o exterior.

⁸ Aprovado na décima sessão do Comité Intergovernamental, em 2015 - decisão 10. COM 15.a., ver Anexo 1.

Tendo em conta estes aspetos e sendo a patrimonialização um mecanismo de legitimação da identidade, convém não simplificar ou definir um conceito de “comunidade” superficial e idealizado. É importante assumir que esse processo implicará, dentro das comunidades, tensões, afirmações de poder, dialéticas e negociações (Pereiro, 2006; Sousa, 2015).

Em 2006, para orientar e de algum modo facilitar a implementação da Convenção (não esquecendo o perigo subjacente à utilização de um conceito único e homogéneo) usa-se, contudo, e recorrentemente, o conceito de “comunidades” definido em Tóquio, no relatório já referido anteriormente:

“communities are networks of people whose sense of identity or connectedness emerges from a shared historical relationship that is rooted in the practice and transmission of, or engagement with, their ICH” (ACCU-UNESCO, 2006: 9).

Na reunião em causa os peritos concordaram que seria importante incluir no conceito de “comunidades”, não só os praticantes, mas uma rede de pessoas cujo sentido de identidade emerge de uma relação histórica partilhada e enraizada não só na prática, mas também na transmissão ou noutro tipo de envolvimento com o seu património.

Outras duas definições de “comunidades” são com alguma regularidade referidas na literatura produzida sobre as questões do PCI:

- Uma definição mais ampla, de “comunidade patrimonial”: *“pessoas que valorizam determinados aspectos do património cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras”* (DR, 2008, alínea b) do art.º 2.º). Definida na Convenção Quadro do Conselho da Europa para o Património Cultural, conhecida pela Convenção de Faro (2005, ratificada em Portugal em 2008);
- E outra mais restrita, de “comunidade de prática”: pessoas que estão direta e ativamente envolvidas na prática das expressões culturais imateriais (Lave & Wenger, 1991; Kurin, 2007; Severo & Venturini, 2015; Wenger, 1998).⁹

Nas três definições identificam-se termos comuns que apontam para aquilo que, à partida, será fundamental considerar quando se fala de “comunidades” no âmbito da Convenção UNESCO 2003: a) o perfil coletivo e amplo do conceito, referindo-se deliberadamente às “pessoas” e não a diferenças ou delimitações, por exemplo, étnicas ou territoriais; b) a necessária relação dessas pessoas com o património cultural

⁹ Também associada aos conceitos de “comunidades recurso” (Fu et al., 2017) e de “comunidades culturais” (Blake, 2009, 2015; Kurin, 2007).

imaterial (porque o valorizam, o mantêm ou transmitem); c) o perfil ativo da “comunidade”, porque está envolvida com o “seu” património, porque “deseja” mantê-lo e transmiti-lo ou porque está dedicada à sua prática. A comunidade não é um conjunto de “informantes passivos”, espectadores ou beneficiários da patrimonialização, é o agente ativo desse processo e d) a centralidade daqueles que praticam e transmitem as manifestações culturais (mesmo quando se entende a comunidade como uma rede social onde se interrelacionam diferentes atores).

Tal como o conceito de “comunidade”, os conceitos de “grupos” e “indivíduos” (utilizados no âmbito da Convenção) também só são definidos pelo documento da ACCU-UNESCO, em 2006. Nestes casos os peritos decidiram caracterizar os “grupos” como um conjunto de pessoas e os “indivíduos” como singulares que, dentro ou entre comunidades, têm uma relação direta com a expressão cultural, tal como os transmissores, praticantes e aprendizes (que desta forma se podem associar ao conceito de “comunidade de prática”):

- *“Groups: comprise people within or across communities who share characteristics such as skills, experience and special knowledge, and thus perform specific roles in the present and future practice, re-creation and/or transmission of their intangible cultural heritage as, for example, cultural custodians, practitioners or apprentices.”*
- *“Individuals: are those within or across communities who have distinct skills, knowledge, experience or other characteristics, and thus perform specific roles in the present and future practice, re-creation and/or transmission of their intangible cultural heritage as, for example, cultural custodians, practitioners and, where appropriate, apprentices.” (ACCU-UNESCO, 2006: 9)*

1.3. Formas de participação dos CGIs

Tal como a Convenção não define os conceitos de “comunidades”, “grupos” e “indivíduos”, também não esclarece sobre o que se entende por “participação”, como se concretiza ou quem representa as comunidades e grupos num processo participativo. Considerando o modo como o conceito de “participação” tem sido difundido, nas últimas quatro décadas, no âmbito de diversas políticas – de desenvolvimento comunitário e internacional, planeamento urbano, ambiente, ajuda humanitária, entre outras - subentende-se que a “participação” corresponde a um processo (por exemplo, de consulta, aconselhamento, debate ou intervenção), que, num propósito democrático e de empoderamento, levará os CGIs a envolverem-se no planeamento e concretização

de ações com o propósito de atingir determinado objetivo, neste caso a salvaguarda do PCI (Bakar et al., 2014; Hertz, 2015).

Admite-se que essa abordagem participacionista é o cerne do “espírito da Convenção” e sem ela a sua implementação será malsucedida. Contudo, o termo “participação” só é referido três vezes em todo o documento: uma vez no ponto b) do Artigo 11 sobre a identificação das expressões a patrimonializar e onde se esclarece que aos Estados compete *“identificar e definir (...) os diferentes elementos do património cultural imaterial existentes no seu território, com a participação das comunidades, dos grupos e das organizações não governamentais pertinentes.”* (UNESCO, 2003, b, art.º 11); duas vezes no Artigo 15 dedicado exclusivamente à “Participação das comunidades, grupos e indivíduos”, mas que não orienta para um procedimento específico, sugerindo apenas que:

“No âmbito das suas atividades de salvaguarda do património cultural imaterial, cada Estado-parte procura assegurar a mais ampla participação possível das comunidades, dos grupos e, se for o caso, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem tal património e de envolvê-los ativamente na respetiva gestão.” (UNESCO, 2003, art.º 15)

Neste Artigo, paradoxalmente, as expressões “procura assegurar” e “participação possível” parecem desobrigar os Estados de um compromisso mais profundo em relação ao envolvimento dos CGIs.

É o documento que define as Diretrizes Operativas da Convenção, adotado em 2008 pela Assembleia Geral dos Estados-parte,¹⁰ que vai esclarecer um pouco mais sobre o processo de intervenção comunitária democrática e participativa na patrimonialização da cultura imaterial (ponto 1 do Capítulo III – *“Participação das comunidades, dos grupos e, sendo o caso, dos indivíduos, assim como de peritos, centros especializados e institutos de investigação”*). Nesse ponto quatro resoluções merecem destaque [ênfase nosso]:

Ainda que não obrigados, os Estados-parte são incentivados:

- a) a **criar um organismo consultivo ou um mecanismo de coordenação** que terá por função facilitar a participação dos CGIs em todas as fases do processo de patrimonialização do PCI;
- b) a **criar redes sub-regionais e regionais** de comunidades, peritos, centros especializados e institutos de investigação para desenvolver abordagens conjuntas sobre o PCI;

¹⁰ Inspirado nas recomendações produzidas pelo relatório dos peritos reunidos em Tóquio (ACCU-UNESCO, 2006).

Com um carácter mais vinculativo, os Estados-parte têm de:

- c) promover as medidas necessárias para **sensibilizar e capacitar** os CGIs e
- d) esforçarem-se por facilitar o **acesso aos resultados das pesquisas** efetuadas com base nos CGIs, **respeitando as práticas consuetudinárias que regem o acesso a aspetos específicos do referido património**. Devem, ainda, **facilitar o acesso a toda a documentação** que têm sobre os elementos do PCI.

Nas Diretrizes Operativas a participação dos CGIs e o “seu consentimento livre, prévio e esclarecido” aparecem ainda como critérios basilares para a inscrição de elementos na Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente e na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade; para a seleção de programas, projetos e atividades que melhor refletem os Princípios e objetivos da Convenção (DO U.4, I.1; DO R.4 I.2 e DO P.5 I.3) e para ações de sensibilização que sejam promovidas em relação ao seu PCI (DO 101 (b)).

Para concluir, importa voltar aos 12 Princípios Éticos. Tal como os mesmos não deixam dúvidas sobre a centralidade dos CGIs, também é explícita a importância do papel ativo desses atores. Sobre os modos de participação, os Princípios consubstanciam e particularizam alguns aspetos. Referem, por exemplo:

- nas interações dos Estados com os CGIs deve prevalecer o respeito e apreciação mútua (PE 3);
- o valor e mérito do património deve ser definido pelos CGIs e não por julgamentos exteriores (PE 6);
- a participação implica “o acesso e benefício partilhado” (Jacobs, 2016: 80) “*sobre os interesses morais e materiais que resultam desse património, em particular do seu uso, pesquisa, documentação, promoção ou adaptação por membros das comunidades ou outros*” (PE 7);
- nessa participação os CGIs, organizações nacionais e transnacionais “*devem avaliar cuidadosamente o impacto direto e indireto, a curto prazo e a longo prazo, potencial e definitivo, de qualquer ação que possa afetar a viabilidade do património cultural imaterial ou das comunidades que o praticam*” (PE 9);
- os CGIs têm um papel central na identificação das ameaças que podem afetar o seu PCI, como a “*descontextualização, mercantilização e deturpação do mesmo, tal como na decisão de como prevenir e atenuar tais ameaças*” (PE 10);

- nessa participação que deverá implicar sempre o respeito pela diversidade cultural, deve ser dada uma *“atenção específica à igualdade de género, ao envolvimento da juventude e o respeito pelas identidades étnicas (...)”* (PE 11).¹¹

Teoricamente associa-se a participação dos CGIs a todas as fases e medidas de salvaguarda, até mesmo ao planeamento e definição de instrumentos legais e de financiamento já que *“dentro do limite dos recursos disponíveis, o Comité pode convidar qualquer órgão público ou privado (...) tal como pessoas privadas com competência na área do património cultural imaterial (incluindo comunidades, grupos e outros peritos), a participar nas suas reuniões, a fim de manter um diálogo interativo e de os consultar sobre questões específicas”* (DO 89). Neste processo o que parece urgente é o desenvolvimento de novas instituições e mecanismos que operacionalizem a real e adequada participação dos CGIs.

Na prática, estas novas instituições e mecanismos ainda não têm expressão significativa nas diversas medidas de salvaguarda. É sobre as fases da identificação e da inventariação e sobre a inscrição em Listas Mundiais que, não sendo claro a definição desses mecanismos, a UNESCO mais explicitamente esclareceu a centralidade dos CGIs. Sobre a inventariação, definindo várias orientações, promovendo ações de capacitação e diversos debates.¹² Sobre a inscrição nas Listas, principalmente através das orientações dadas nas Diretrizes Operativas. Essa informação, contudo, vinculando a agencialidade destes atores, raramente dá pistas sobre como proceder para garantir o real envolvimento, participação e empoderamento das comunidades, grupos e indivíduos. Que níveis de participação devem ser considerados - consulta (recolha de informação ou conselhos)? Criação de parcerias estratégicas? Ou, pelo que o *“espírito da Convenção”* parece recomendar, a ação implicada dos CGIs, onde os mesmos são os verdadeiros autores das agendas e planos de salvaguarda? (Galla, 2008). Que técnicas usar? Com que recursos materiais e humanos? Qual o perfil dos profissionais que podem dinamizar métodos participativos? No que consistem esses métodos?¹³

¹¹ Tradução dos Princípios Éticos da nossa responsabilidade.

¹² Por exemplo, *Inventorying Intangible Cultural Heritage* (Paris, março de 2005); *Expert Meeting on Community Involvement in Safeguarding Intangible Cultural Heritage: Towards the Implementation of the 2003 Convention* (Tóquio, março de 2006); *Expert Meeting on Documenting and Archiving Intangible Cultural Heritage* (Paris, janeiro de 2006) e *Principles and Experiences of Drawing up ICH Inventories in Europe* (Estónia, maio de 2007).

¹³ Hertz alerta para o facto da noção de *“participação”* ter-se tornado tão generalizada que *“alguns autores falam disso como ‘a nova tirania’ (Cooke e Kothari 2001), uma ideologia que serve para mascarar os interesses políticos e suavizar controvérsias por apelar a um sujeito político irrepreensível – ‘a Comunidade’ – e a um modo aparentemente autoexecutável de administração – ‘a abordagem bottom-up’”* (2015: 26). [Nossa tradução]

1.3.1.A participação dos CGIs na identificação e na inventariação

Sobre a fase de identificação e valorização das expressões, no que diz respeito ao património cultural imaterial, os elementos a considerar são os que as comunidades, grupos ou indivíduos “reconhecem” como “representativos” da sua cultura, isto através de um processo no qual eles próprios atribuem significado cultural a esse património e por isso o nomeiam para salvaguarda. A Convenção distancia-se assim dos processos hierárquicos, autorizados por agentes externos aos CGIs e que “classificam” as expressões da cultura imaterial como “únicas” ou “excepcionais”, processos característicos da abordagem clássica e da patrimonialização dos bens materiais ou naturais (Blake, 2015; Kurin, 2007).

Património cultural imaterial é assim:

- O que as comunidades, os grupos ou os indivíduos definem como tal (Bortolotto 2011; Sousa, 2015; UNESCO, 2003).

Sem esquecer, no entanto, que os CGIs devem proceder a essa identificação de acordo com o “espírito da Convenção”, isto é, considerando os critérios que esse documento enuncia como característicos dos bens culturais suscetíveis de patrimonialização. Ou seja, PCI é aquilo que os CGIs decidirem, desde que essas manifestações (UNESCO, 2003):

- sejam transmitidas através das gerações;
- existam nos dias de hoje, são “património vivo” (não são representações de manifestações que, na atualidade, não têm qualquer função cultural e social);
- não sejam retiradas do seu contexto original;
- não sejam entendidas como imutáveis e fixas;
- não sejam normalizadas ou impostas a outras culturas;
- não sejam manipuladas para fins comerciais, políticos ou religiosos;
- respeitem os direitos humanos;
- sejam consideradas em relação com o património tangível e natural;
- inculquem um sentimento de identidade e de continuidade;
- contribuam para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.

Associada à fase de identificação dos elementos da cultura imaterial está a fase de pesquisa, documentação e inventariação. O art.º 12.º da Convenção refere que *“cada Estado Parte elabora, a fim de assegurar a identificação com vista à salvaguarda, de forma adaptada à sua situação, um ou mais inventários do património cultural imaterial*

existente no seu território” (UNESCO, 2003) e qualquer candidatura à inscrição numa das duas Listas Mundiais de PCI tem, obrigatoriamente, de figurar num Inventário. Não são, porém, dadas orientações específicas sobre o método de inventariação. Esta é uma questão em aberto, ficando os governos com margem de manobra para definirem como vão fazer essa inventariação, mas sendo condição fundamental o envolvimento dos CGIs nesse processo.

Os principais objetivos da inventariação são o registo sistematizado e a organização do conhecimento produzido sobre as expressões culturais nos diferentes domínios e categorias do PCI. Nesses inventários organizam-se informações, registos audiovisuais e documentação diversa. Ao serem publicados pretende-se que contribuam para divulgar o PCI local, regional e/ou nacional e para sensibilizar a população em relação à necessidade de salvaguardar esse património. Os inventários PCI são entendidos como instrumentos de salvaguarda, ferramentas, um meio para sistematizar o conhecimento elaborado segundo diferentes métodos que se complementam, mas não se substituem. Não são um fim ou uma metodologia isolada, são instrumentos de trabalho que devem ser de fácil consulta permitindo estabelecer pontes entre dados síntese, análises e estudos complexos, documentação e recursos hipermedia, relacionando património cultural imaterial, material e natural (Sousa, 2015).

Como o referido anteriormente, a Convenção e as Diretrizes Operativas não esclarecem sobre como inventariar com a participação ativa dos CGIs, mas são várias as orientações da UNESCO sobre o que inventariar e, resumindo, nesse processo interessa recolher informação, documentação e registos sobre:

- a denominação, caracterização e origem/história do elemento;
- o contexto de produção (dados sobre a comunidade, grupo ou indivíduo);
- o contexto territorial (dados sobre o local/locais país/países);
- o contexto temporal (data e periodicidade);
- as manifestações associadas (imateriais, materiais e naturais);
- o contexto de transmissão (estado, contexto, agentes e idiomas);
- os direitos associados (descrição e referência aos detentores);
- a salvaguarda (riscos e ameaças, ações de salvaguarda);
- as equipas responsáveis pelo processo de inventariação.

Sobre a inventariação, o grupo de peritos reunidos em 2006, em Tóquio, proferiu conselhos sobre procedimentos institucionais. Considerou fundamental: a correta identificação dos elementos do PCI; a identificação dos CGIs e dos seus representantes; a obtenção do consentimento livre e previamente informado para se proceder à inventariação e a identificação das consequências desse processo.

Recomendou ainda a concretização de acordos que assegurassem uma relação ética entre os diferentes *stakeholders*, se possível através de formalização protocolar (ACCU-UNESCO, 2006).

A UNESCO recomenda ainda que os inventários sejam regularmente atualizados e, respeitando “*as práticas consuetudinárias que regem o acesso a aspetos específicos do referido património*” (2003, ii) d) art.º 13), sejam de acesso público, tornando-se o recurso à *web* uma opção lógica.

Uma das dificuldades parece estar na capacidade de envolver os CGIs conforme sugere a Convenção, em saber como devem participar na definição da estrutura do inventário, no seu preenchimento, na recolha de documentação e na produção e realização dos recursos audiovisuais ou outros conteúdos associados (Bortolotto, 2013; Sousa, 2015).

Bortolotto (2013), analisando a realidade italiana, identifica várias formas de gerir esse envolvimento:

- a) A comunidade fornece informações aos investigadores durante o trabalho de campo;
- b) Os representantes da sociedade civil são responsáveis pela inventariação em colaboração com os profissionais do património e das administrações locais, com mediação científica;
- c) A inventariação é uma atividade dos atores sociais sem mediação profissional e científica.

Perante estas hipóteses, a opção b) é aquela onde o inventário ganha legitimidade técnico-científica - porque implica um trabalho colaborativo, em rede, validado pela responsabilidade partilhada entre os CGIs, investigadores, técnicos do património e administrações locais/regionais ou nacionais. Neste caso, a identificação das expressões culturais a inventariar parte dos CGIs, mas na inventariação as comunidades são apoiadas por profissionais que têm o perfil técnico e científico adequado. As outras hipóteses parecem menos indicadas porque os praticantes são vistos como meros informantes não os envolvendo no programa de inventariação (opção a); ou porque o processo de inventariação não é instruído nem legitimado por competências técnicas e científicas que lhe são próprias, perdendo o seu significado (opção c) (Sousa, 2015).

1.3.2.As Listas Mundiais da UNESCO

Como já referido, nas Diretrizes Operativas a participação dos CGIs e o “seu consentimento livre, prévio e esclarecido” são critérios obrigatórios em várias fases do processo de patrimonialização, e em particular para a inscrição de elementos nas Listas Mundiais da UNESCO, mas como esclarece Ruddolff e Raymond (2013), também em relação a este princípio não é claro o seu modo de aplicação, havendo espaço para ambiguidades e diferentes interpretações. Nos formulários que os Estados-parte têm de preencher para candidatarem um elemento a uma das duas Listas é necessário documentar no ponto 4.b esse consentimento, isto através de documentos escritos, gravados ou outros meios, sendo valorizada a diversidade de expressões em detrimento de declarações padrão ou uniformes. O consentimento deve ser fornecido na língua original dos CGIs bem como em inglês ou francês, se necessário. A análise feita por Ruddolff e Raymond (2013) aos consentimentos documentados nas candidaturas de 2011 demonstra, entre outras coisas, que muitas vezes os mesmos eram dados através de autorizações oficiais,¹⁴ por entidades administrativas locais e regionais, centros de investigação, peritos e ONGs em nome dos praticantes, e não pelos praticantes.

Ou seja, os formulários informam sobre os meios de suporte que documentam o consentimento, diversos e dependentes de como quiserem expressá-lo, mas não é claro sobre quem ou que representantes das comunidades e grupos devem dá-lo, que tipo de informação deve ser vinculada nesses documentos e como é que eles garantem o “livre, prévio e esclarecido consentimento” (Blake, 2015; Ruddolff & Raymond, 2013). Isso é garantido porque o consentimento foi produzido na sequência de um referendo? Por maioria em voto ou por consensos em sessões públicas? Por auditores independentes que verificaram esse consentimento? Que outras formas?

O Princípio 4 dos 12 Princípios Éticos referido anteriormente introduz um novo conceito a este consentimento enunciando que o mesmo para além de “livre, prévio e esclarecido”, deve ser “sustentado”. Sem que se clarifique o que quer dizer “consentimento sustentado” várias interpretações podem ser propostas, entre elas: como se concluiu na sessão do Comité onde foram aprovados os 12 Princípios Éticos, tal como as medidas e planos de salvaguarda têm de ser regularmente revistos e atualizados, o mesmo deve acontecer com o consentimento garantindo-se a sua sustentabilidade no tempo (Jacobs, 2016); ou pode defender-se que a redação do Princípio 4 inspira-se nas atualmente defendidas “Metodologias Participativas Sustentáveis e Responsáveis” onde praticantes, cidadãos, ONGs, Estados,

¹⁴ A análise de dossiês de períodos posteriores mostra o recurso recorrente a listas protocolares com um conjunto mais ou menos vasto de assinaturas.

investigadores, etc., dialogam e colaboram, com transparência, linguagem e propósitos comuns:

*“4. All interactions with the communities, groups and, where applicable, individuals who create, safeguard, maintain and transmit intangible cultural heritage should be characterized by transparent collaboration, dialogue, negotiation and consultation, and contingent upon their **free, prior, sustained and informed consent**”* (UNESCO, 2015, decisão 10. COM 15.a.,) [ênfase nossa].

A questão que se coloca em relação às Listas tem a ver com o facto do trabalho em rede, colaborativo entre diversos atores, onde os CGIs devem ter um papel central, para além de não estar evidentemente demonstrado, pode ser subvertido. Um dos objetivos das Listas é destacar a importância do PCI chamando a atenção dos Estados, dos *media* e do público em geral para o valor desse património e dos seus praticantes. Reconhecimento esse que, à partida, empodera os CGIs encorajando-os a manter, transmitir e salvaguardar o PCI. O problema é que as Listas também podem ser usadas como um instrumento de promoção não dos praticantes, mas dos Estados e dos seus representantes governativos que veem a inscrição de elementos nas Listas como um título de honra que favorece a sua visibilidade internacional, os seus privilégios e poder (Khaznadar, 2013; Kurin, 2007; Sousa, 2015).

Este aspeto torna-se mais preocupante quando, atualmente, em muitos países, as Listas da UNESCO são um *mainstream*. A inscrição de elementos do PCI nestas Listas é publicamente percebida como o aspeto mais importante da Convenção, facto que demonstra o fraco investimento na informação/sensibilização/formação/capacitação dos CGIs sobre as questões do PCI. Ainda hoje, mais de 10 anos após a implementação da Convenção, quando se fala em PCI, a ideia generalizada que ocorre é a de identificar uma expressão cultural para inscrever nas Listas - o que advém do destaque que os *medias* lhes dão, mas também do facto de grande parte do tempo das sessões do Comité Intergovernamental ser dedicado às mesmas, principalmente se comparado com o tempo dedicado a outras medidas de salvaguarda. A agravar a situação está a forma como o Comité Intergovernamental se posiciona face a algumas recomendações do Órgão de Avaliação. Recomendações que sendo suportadas nas Diretrizes Operativas, são por vezes refutadas por delegados e embaixadores (Jacobs, 2016) que colocam os interesses diplomáticos e políticos à frente dos interesses culturais e dos Princípios Éticos aprovados por eles próprios (Brumann, 2015). Estas desautorizações e “negociações”¹⁵ têm diminuído nos últimos anos, mas continuam a existir e descredibilizam o processo de inscrição de elementos do PCI na Lista Representativa

¹⁵ Práticas que devido à política de transparência da UNESCO, são públicas, monitorizadas em *livestreaming* e estão documentadas no próprio *site* da instituição.

pontuando-a de elementos que dificilmente se percebe em que medida são passíveis de serem reconhecidos como PCI ou de como se enquadram no “espírito da Convenção”. A continuarem, estes procedimentos apenas prejudicarão os propósitos de salvaguarda e, em breve, perderão o valor negocial que os diplomatas lhe têm atribuído.

Se a necessidade de uma Lista de Salvaguarda Urgente é defensável pode-se, contudo, questionar o significado da Lista Representativa. A inscrição nessa Lista pode ser uma vantagem, mas também pode ser perigosa, não só pelo aproveitamento político que os Estados tiram desse reconhecimento, mas também porque essa inscrição promove a distinção entre os elementos do PCI que estão na lista e aqueles que não estão, aumenta o risco de privilegiar determinadas manifestações em detrimento doutras, hierarquizar ou discriminar tradições socialmente menos reconhecidas (Isnart, 2013; Sousa, 2015).

2. A Convenção UNESCO 2003 e o foco nas pessoas – as práticas

Depois de quase 12 anos após o início da implementação da Convenção colocam-se várias questões: a execução de medidas de salvaguarda está a garantir a sustentabilidade e diversidade de expressões da cultura imaterial? OS CGIs estão a participar? Se participam, de que forma?

Em 2011, pela primeira vez várias candidaturas às listas Mundiais da UNESCO foram recusadas por não evidenciarem a participação das comunidades (Bortolotto, 2015) e em 2013, o relatório de avaliação apresentado pelo *Internal Oversight Service of UNESCO's*, na 8.ª sessão do Comité Intergovernamental para Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, em Baku, no Azerbaijão, conclui que o maior desafio da implementação da Convenção é essa participação nos diversos momentos e ações de salvaguarda:

“Although community participation is at the heart of the 2003 Convention, it has proven to be one of the most challenging aspects in its implementation. Community participation needs to be enhanced in many areas related to the implementation of the Convention, including in inventorying, in the elaboration of safeguarding programmes and projects, and in the preparation of nomination files.” (UNESCO, 2013, 9-10) [Ênfase no original].

Resultado idêntico ao apresentado por Deacon e Bortolotto (2012) num artigo incluído no *First ICH-Researchers Forum: The Implementation of UNESCO's 2003*. Numa análise a mais de 650 publicações as autoras identificaram tendências e lacunas nas investigações relacionadas com a Convenção, concluindo que uma das principais omissões era a pesquisa sobre a participação das comunidades em programas do PCI. As autoras recomendam a investigação aplicada sobre os resultados da implementação das medidas de salvaguarda, que tenham por base abordagens participativas e colaborativas, centrados nos CGIs, e que permitam testar e aperfeiçoar os métodos e técnicas utilizados, avaliando o impacto desses resultados nas práticas, nos atores e em diferentes sectores.

Depois da criação de instrumentos legais vinculativos e do longo, complexo e, no nosso entender, frutífero debate sobre as conceções teóricas parece fazer sentido passar à análise das práticas e perceber se o “espírito da Convenção” e a abordagem participativa está a ser aplicada ou se o envolvimento das populações é apenas uma intenção idealista não concretizada.

Com esse objetivo apresenta-se de seguida uma revisão de artigos cujos temas se relacionam com a aplicação do método participativo na salvaguarda do PCI. A partir de uma pesquisa bibliográfica assente no cruzamento dos termos “comunidade” e “participação” e na expressão “património cultural imaterial”¹⁶ consideraram-se cerca de 30 artigos que, inequivocamente, se centravam no assunto a analisar. Numa primeira leitura identificaram-se como características principais desse conjunto de artigos:

- a) as datas de publicação centram-se na última década (o que coincide com a fase de implementação da Convenção), concentrando-se em particular nos últimos 3 anos (2015-2017), ou seja, após as várias avaliações e recomendações que reafirmam a necessidade de se demonstrar mais claramente o envolvimento dos CGIs nas questões do PCI;
- b) a diversidade da produção literária que, por um lado, remete para diferentes áreas académicas e profissionais - antropologia; estudos museológicos; sociologia; política, direito e gestão patrimonial; novas tecnologias e plataformas digitais, entre outras – e, por outro lado, têm referentes geográficos diferentes, logo, diferentes contextos socioculturais e políticos.¹⁷ Este aspeto enriquece a análise com diferentes perspetivas, mas também dificulta a sua estruturação, tornando-a difusa ou fragmentada;
- c) produção de artigos sobre países que ratificaram a Convenção e países que não a ratificaram (por exemplo, Reino Unido, Canadá e EUA);
- d) estudos efetuados essencialmente sobre atividades desenvolvidas no âmbito da UNESCO ou no “espírito da Convenção”, mas também por outras organizações internacionais, cuja missão também enquadra esta temática, como a WIPO (*World Intellectual Property Organization*) e a Comissão Europeia.

Uma segunda aproximação aos artigos permitiu definir a estrutura de análise a trabalhar, organização essa sempre centrada na aplicação de metodologias participativas na salvaguarda do PCI, mas assente em perspetivas diferentes:

- a. as conclusões de estudos críticos e analíticos sobre documentação e processos apresentados à UNESCO – os relatórios dos Estados-parte e os processos de candidatura a inscrição de elementos do PCI nas Listas Mundiais;

¹⁶ Pesquisa realizada em bibliotecas e em repositórios e revistas publicadas *online* – artigos redigidos em inglês, francês, português e espanhol.

¹⁷ Resultados que coincidem com duas conclusões apresentadas no estudo de Deacon e Bortolotto (2012), já referido anteriormente. As autoras demonstram uma significativa diferenciação regional e disciplinar nas publicações que analisaram. A primeira é explicada, entre outros aspetos, por opções nacionais/regionais e os respetivos investimentos na pesquisa em PCI, sendo a questão da participação das comunidades descurada (apresentando apenas alguma relevância na América Latina e na Austrália). A segunda como produto de abordagens distintas – a crítica cultural (associada em particular às ciências sociais e humanas) e a prática/gestão cultural patrimonial (no âmbito, por exemplo da legislação, turismo, estudos museológicos e gestão).

- b. as conclusões de estudos empíricos que tendo por base projetos relacionados com uma ou mais medidas de salvaguarda – nomeadamente a identificação, a inventariação e/ou a transmissão – tiveram como promotores instituições diversas – por exemplo, museus, parques naturais, universidades, administrações locais e regionais.

Perspetivas que apresentamos nos pontos seguintes.

2.1. A participação dos CGIs nos processos entregues à UNESCO

Após a ratificação da Convenção UNESCO 2003, os Estados-parte ficam obrigados a submeter periodicamente ao Comité relatórios “*sobre as medidas legislativas, regulamentares e outras medidas tomadas para a implementação da Convenção*” (UNESCO, 2003, art.º 29). Nesses relatórios os Estados também informam sobre a situação de todos os elementos do PCI presentes no seu território e inscritos na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade indicando de que forma as comunidades, grupos e indivíduos, bem como as organizações não-governamentais participaram na salvaguarda desses elementos (DO 157).

Janet Blake (2015, 2018) analisou os relatórios do ciclo 2011-2013 chegando à conclusão que existe uma tendência geral dos Estados-parte para centralizarem a definição de políticas, as tomadas de decisão e as ações para implementar a Convenção. Refere, contudo, a existência de alguns casos de descentralização que merecem destaque por demonstrarem que, para além dos Estados, existem outros atores importantes e ativos, tais como os CGIs, mas também Organizações da Sociedade Civil (OSCs), autoridades locais, ONGs, centros comunitários, museus, associações culturais e até o setor privado – enuncia o caso do Brasil que criou os Centros e Pontos de Cultura para implementar planos de salvaguarda a nível local; fala do exemplo da Flandres (Bélgica) que capacita ONGs - como é o caso da *Faro* e da *Tapis Plein* – e Organizações da Sociedade Civil para salvaguardarem o PCI junto com atores-chave – as autoridades locais, as comunidades locais e praticantes; o Chipre que atribui subsídios estatais às comunidades e organizações da sociedade civil que submetam propostas de salvaguarda. A autora vai destacar a “*experiência turca*”, país que estabeleceu 81 unidades administrativas como mecanismos coordenadores de salvaguarda, salientando o papel dos museus locais como instituições importantes para dar assistência às comunidades envolvendo-as nesse processo de descentralização.

A partir da análise dos relatórios dos Estados-parte submetidos à UNESCO Blake conclui que a mudança de paradigma na salvaguarda de património cultural, introduzida pela Convenção UNESCO 2003, implica uma alteração, que para além de ainda residual, começa a revelar alguma participação de entidades não-estatais na gestão de programas para elementos específicos do PCI. Facto que coloca novos desafios aos governos e requer que instituições culturais, como os museus, repensem o seu papel num duplo sentido: no que respeita ao património que detêm e exibem e no que respeita às comunidades que o criaram (Blake, 2015, 2018).

Sobre a inscrição de elementos do PCI na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, também o trabalho anteriormente referido de Ruddolff e Raymond (2013) apresenta conclusões sobre a participação dos CGIs na elaboração da candidatura e a documentação apresentada para demonstrar o seu “livre, prévio e informado consentimento” (critério 4). Para tal as autoras analisaram os dossiês apresentados para as nomeações de 2011 e os relatórios redigidos pelo Órgão de Avaliação sobre esses dossiês e cujas recomendações informam as decisões finais do Comité Intergovernamental. Considerando os 49 dossiês apresentados verificaram que o Órgão de Avaliação apresentou opiniões divergentes em relação a 45, não estando de acordo quanto à concreta demonstração da participação dos CGIs nesses processos, alegando particularmente dificuldades no reconhecimento das comunidades referenciadas e no reconhecimento dos representantes signatários. Por consenso, o Órgão de Avaliação acabou por referenciar apenas 7 dossiês que, considerando todo o seu conteúdo, seriam exemplos recomendáveis para futuras candidaturas. As autoras procederam então à análise desses sete dossiês atentando aos itens que demonstram a participação e o consentimento dos CGIs. Concluíram que, nesses pontos, apenas 3 dossiês deveriam ser considerados exemplares – Colômbia, *Traditional knowledge of the jaguar shamans of Yuruparí*; Perú, *Pilgrimage to the sanctuary of the Lord of Qoyllurit'i* e Portugal, *Fado, urban popular song*.

As autoras referem que os processos de candidatura partem de distintas abordagens sobre a fundamentação da participação e a documentação a apresentar para comprovar o “consentimento prévio, livre e informado”. No caso dos dossiês que suscitam dúvidas sobre o real envolvimento dos CGIs referem as seguintes características:

- mesmo quando mencionam a comunidade representativa, nem sempre identificam a diversidade das comunidades representadas ou dos praticantes;
- não é claro em que medida os signatários se relacionam com o elemento da cultura imaterial ou como foram autorizados ou nomeados para representar os CGIs;

- os dossiês não referem qualquer consulta pública; não apresentam provas de colaboração/relação entre administração local, ONGs, CGIs e outros atores;
- a demonstração da participação resulta, usualmente, da aplicação de sistemas burocráticos concretizando-se em medidas legislativas locais, reuniões e documentação formalizada apenas pela administração local.

Pelo contrário, nos três dossiês considerados exemplares referem que é possível:

- identificar a diversidade e diálogo cultural entre os CGIs envolvidos;
- identificar a implementação de metodologias participativas com a organização de reuniões comunitárias públicas, *workshops*, debates, consulta e envolvimento dos praticantes;
- as evidências da participação não passam apenas pela apresentação de documentos oficiais e listas de assinaturas, mas também pela apresentação de documentação e registos das declarações, testemunhos, opiniões, significados e preocupações dos praticantes;
- as provas da participação e consentimento referem-se a todo o processo da candidatura – a preparação, a elaboração e o planeamento das medidas de salvaguarda – e não apenas à autorização para o Estado apresentar a candidatura.

Ruddolff e Raymond (2013) concluem que através da avaliação dos dossiês não é possível verificar se o objetivo da Convenção de colocar os CGIs no âmago das suas atividades de salvaguarda do PCI foi atingido. Para colmatar estas discrepâncias, recomendam:

- formação e reforço da capacitação ao nível do consentimento informado e da preparação das candidaturas às Listas;
- revisão do formato de candidatura no sentido de garantir a descrição e definição da representação dos signatários, sua legitimidade no processo e sua relação com o elemento a ser inscrito;
- inclusão do consentimento em todas as medidas de salvaguarda e fases do processo da candidatura;
- estabelecimento de padrões precisos para a documentação que comprove a participação e consentimento;
- utilização de outros meios para a documentação, como o recurso ao audiovisual e aos novos *media*.

A questão do uso de meios audiovisuais como recurso para evidenciar a participação ativa dos CGIs é já enunciada nas instruções do preenchimento dos formulários de candidatura para inscrição de elementos nas Listas Mundiais.¹⁸ Nesses documentos pede-se que as fotografias e vídeos associados demonstrem os diferentes aspetos do elemento, no seu estado atual, isto considerando em particular o papel dos CGIs na sua prática e transmissão, evitando-se o uso de imagens e vídeos de arquivo ou exclusivamente de objetos e paisagens. Os vídeos devem ter entre 5 a 10 minutos na língua original com legendas a inglês ou francês e neles as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos devem ser os principais protagonistas. Os seus depoimentos devem aparecer na primeira pessoa, sem depender da narração em *voz-off* de indivíduos externos às comunidades, e devem expressar os significados, as opiniões e saberes sobre o elemento em causa. O relatório do Órgão de Avaliação de 2011, acerca dos vídeos submetidos para aquele ciclo, refere que estes não devem ser de carácter promocional ou turísticos.

Também considerando o ano 2011, Van Zanten (2012), realizador de documentários sobre artes performativas na Indonésia, analisou os vídeos dos 19 itens inscritos na Lista Representativa e disponíveis no *site* da UNESCO através do canal *YouTube* da instituição. Van Zanten preocupou-se em perceber se os vídeos demonstravam a função social do elemento na atualidade e o envolvimento dos CGIs. Para além de referir 4 exemplos positivos – Turquia, *Ceremonial Keşek tradition*; Coreia, *Jultagi, tightrope walking*; Bélgica, *Leuven age set ritual repertoire* e o Japonês, *Mibu no Hana Taue, ritual of transplanting rice in Mibu, Hiroshima* – o autor diz-se desiludido com a maioria dos vídeos. Considera que os registos audiovisuais por permitirem a visualização, por exemplo, dos gestos, das interações sociais e dos ambientes, ou a audição das palavras e da música seriam ideais para demonstrarem a relação dos CGIs com o elemento e o modo como estes participaram na definição de medidas de salvaguarda, mas conclui que esse objetivo não foi atingido. Advoga que os responsáveis pela filmagem de manifestações do PCI devem recorrer a metodologias e técnicas semelhantes às utilizadas pela antropologia, com “respeito pelo fluxo cultural do tempo”.

O autor considera que 10 minutos de vídeo são adequados para o objetivo – a apresentação de um documento audiovisual para complementar a candidatura -, mas ressalta que alguns vídeos contêm informação *voz-off* excessiva, que frequentemente se sobrepõem à sonoridade do vídeo. Refere ainda que nem sempre o tratamento musical é adequado e sobre este assunto dá o exemplo do vídeo apresentado na candidatura da inscrição do *Fado, urban popular song*, de Portugal - candidatura que,

¹⁸ Documentos *CH-01-Instructions* e *ICH-02-Instructions* in <https://ich.unesco.org/en/forms> [consultados a 04/2018]

como foi referido anteriormente, Ruddolff e Raymond (2013) avaliaram como exemplar da demonstração do envolvimento dos CGIs, mas cujo vídeo Van Zanten considera inapropriado devido à sobreposição da tradução para inglês, apresentada em *voz-off*, que não permite ouvir a canção: *“It is surprising that in the film ‘Fado, urban popular song of Portugal’ the English voice-over and fado music sound together, almost throughout the film. There is too much spoken information at the cost of hearing the fado singing properly”* (2012: 91).

Van Zanten refere ainda que, nalguns vídeos, o contexto social alargado não é valorizado, sendo ausente a interação social dos praticantes e demais membros da comunidade. O autor sugere que um modo de melhorar a representação audiovisual dos elementos é sujeitar o vídeo produzido à apreciação dos CGIs envolvidos no processo e, através desse *feed-back*, perceber se os mesmos se reconhecem no trabalho apresentado. O autor sugere que os comentários sobre os vídeos, que podem igualmente ser filmados, são úteis para a definição de políticas culturais apropriadas.

Anos mais tarde, Pietrobruno (2016) realiza uma análise dos vídeos referentes aos elementos inscritos em 2015 e disponíveis no canal *YouTube* da UNESCO¹⁹ concluindo que, para além de alguns progressos, vários exemplos continuam a utilizar a narração em inglês e com frequência sacrifica-se as vozes das comunidades. A autora analisa, ainda, o caso da cerimónia *Mevlevi Sema*, inscrita pela Turquia em 2005 na Lista de Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade, integrada em 2008 na Lista Representativa e cujo vídeo oficial foi publicado em 2009. Pietrobruno refere que o vídeo não se enquadra no “espírito da Convenção”, em particular na definição do PCI como um “património vivo”, sujeito à mudança e promotor do diálogo e diversidade cultural, isto porque parece defender a “fixação” e “autenticidade” das práticas - mostrando a cerimónia praticada apenas por homens vestidos com uma indumentária específica de cor branca para uma audiência masculina - excluindo outras realidades e comunidades praticantes, nomeadamente a execução da cerimónia por mulheres e, conforme indica a candidatura, excluindo uma comunidade específica (EMAV) por ter introduzido alterações no formato e conteúdo tradicional.²⁰ Segundo a autora, para além deste aspeto, a técnica narrativa do vídeo é feita em *voz-off* na língua inglesa e não turca, silenciando as vozes das comunidades e dos praticantes.

¹⁹ Numa apreciação crítica sobre o uso do *YouTube* para o alojamento de vídeos dedicados ao PCI, a autora atribui a esta plataforma um enquadramento paradoxal - paralelamente aos objetivos essencialmente comerciais, o *YouTube* também oferece um serviço social ao permitir a disseminação alargada desses vídeos. Alerta, contudo, para o facto de, dependendo da qualidade dos vídeos apresentados, a sua disseminação pode reforçar ou restringir a expressão dos CGIs e, conseqüentemente, a salvaguarda do PCI.

²⁰ Pietrobruno (2016) refere que outros vídeos da cerimónia, publicados *online* por outras instituições que não a UNESCO e pelos próprios CGIs, demonstram a diversidade das comunidades praticantes e a adaptação/evolução das práticas ao longo dos tempos.

Ainda considerando as recomendações expressas nas instruções para apresentação de candidaturas às Listas Mundiais da UNESCO, onde os recursos audiovisuais que integram os dossiês devem destacar o discurso e participação dos CGIs, uma análise aos vídeos dos 37 elementos inscritos em 2016 (Sousa, 2017)²¹ demonstram que apenas 5 não usaram a *voz-off* de outros interlocutores para além dos praticantes e transmissores; 32 utilizaram esse recurso e, destes últimos, em 21 vídeos 70% a 100% das intervenções são produzidas utilizando como principal recurso a *voz-off* de peritos ou jornalistas.

Não seguindo as recomendações da UNESCO, como se justifica que estes vídeos estejam publicados no *site* dessa instituição? Certamente não porque a UNESCO os entenda como exemplares, mas porque seguindo uma política de transparência, esta organização, tal como faz com todo o processo de candidatura, coloca *online* todos os vídeos dos elementos inscritos nas Listas. Se entendidos como ilustrativos ou provas das metodologias usadas nas candidaturas em causa, a maioria dos recursos audiovisuais associados a essas candidaturas mostra uma residual participação dos CGIs nesses processos, facto que sugere três questões: existe uma incorreta abordagem na realização dos vídeos por incompetência e falta de sensibilidade às metodologias etnográficas e participativas? Através dos vídeos não é possível verificar a participação dos CGIs porque esse envolvimento, na realidade, não existe? Em qualquer das situações, porque são aceites estes vídeos pelo Secretariado, admitidos pelo Órgão de Avaliação e depois aprovados pelo Comité?

Concluindo a revisão de artigos que se dedicam a analisar as sessões do Comité Intergovernamental e os diferentes documentos e processos colocados à consideração da UNESCO – relatórios dos Estados-parte; candidaturas para a inscrição de elementos nas Listas Mundiais e os recursos audiovisuais que complementam essas candidaturas – , vários autores referem que a governança participativa subjacente ao “espírito da Convenção” 2003 ainda está longe de ser verdadeiramente implementada. Para além das conclusões já enunciadas importa ainda destacar dificuldades de ordem estrutural, política, conceptual e epistemológica (Adell, 2015; Blake, 2015; Bortolotto, 2015; Deacon & Bortolotto, 2012; Kurin, 2007; Van Uytsel, 2012; Tauschek, 2015):

- as diferentes interpretações sobre as “formas de participação”, nomeadamente entre os Órgãos da UNESCO, os CGIs e os Embaixadores e Delegados Nacionais que representam os governos no Comité Intergovernamental;
- a tradicional e forte influência dos Estados no desenvolvimento e gestão nos processos de patrimonialização, estando a participação dos CGIs dependente da estrutura dos governos (com menor participação se, numa abordagem

²¹ Comunicação *Audiovisual Formats in Ethnographic and in Intangible Cultural Heritage Research* apresentada na Conferência Internacional *The Visualization of the Intangible Cultural Heritage*, 20-10-2017, no Museu Etnográfico da Eslovénia, em Liubliana.

centralista, o Estado defende que a tomada de decisão remete para assuntos de soberania nacional ou com maior participação se, numa abordagem democrática, promovem a agencialidade de outros atores);

- utilização indevida, não transparente ou meramente teórica do paradigma participacionista (e do próprio valor cultural dos elementos PCI) para negociações diplomáticas e influência política, ideológica e mercantilista;
- o tradicional “discurso patrimonial autorizado” que remete para especialistas a autoridade sobre a produção de conhecimento, a definição do que é património e a implementação das medidas de salvaguarda. Neste caso, desvalorizando-se o paradigma participacionista entendido muitas vezes como populista ou baseado numa “visão romântica” da “comunidade” (Bauman, 2001 cf. Bortolotto, 2015: 259);
- a ainda restrita visibilidade e voz dada aos CGIs e ONGs na Assembleia Geral dos Estados-parte e nas Sessões do Comité Intergovernamental. Usualmente, nesses encontros de 3 e 5 dias, respetivamente, o ICH NGO Fórum, em representação das ONGs que trabalham as questões do PCI, tem apenas alguns minutos para fazer a sua intervenção expondo a suas perspetivas e enunciando algumas recomendações. Por sua vez, os CGIs só aparecem nestas sessões ou por via indireta – através da exibição de vídeos e fotos -, ou “ao vivo” para, em poucos minutos e numa espécie de *show case*, “atuarem” para a assistência de Delegados e para os *media*, celebrando a inscrição de um elemento do PCI que lhes diz respeito nas Listas da UNESCO.

2.2. A participação dos CGIs em ações museológicas e na inventariação de PCI

2.2.1. Os Museus, o PCI e as Metodologias Participativas

Com o objetivo de identificar diferentes abordagens de diferentes atores e instituições que promovem atividades de salvaguarda do PCI e metodologias participativas, começamos por apresentar as conclusões de um conjunto de análises sobre experiências protagonizadas por museus: 1) a revisão de artigos sobre projetos realizados na Finlândia, Portugal, Áustria, China e Reino Unido (Bhowmik & Díaz, 2016; Carvalho, 2011, 2016; Christidis et al., 2008; Fu et al., 2017; Smith, 2009); 2) o trabalho de Janet Blake (2015, 2018) que dá exemplos de projetos realizados em museus do Chipre, Lituânia, Croácia, Bulgária, Turquia, Irão e Hungria e 3) a análise dos relatórios da *International Conference: Intangible Cultural Heritage, Museums and Participation* realizada em fevereiro de 2018, em Palermo, no âmbito do projeto *Intangible Cultural*

Heritage and Museums (IMP) – Programa Europa Criativa, com parceiros na Bélgica, Itália, França, Suíça e Países Baixos.²²

Como introdução, e atendendo à história da museologia, é de referir que a valorização da perspectiva das comunidades enquadra-se na abordagem da Nova Museologia, movimento promovido a partir da década de 80 do século XX que questiona o exercício do museu tradicional – centrado no saber dos peritos, nas coleções e nos objetos - e defende práticas interdisciplinares mais ativas, integradoras e sociais. Enuncia-se de seguida um resumo dos pressupostos deste movimento (Bruno, 1996; Janeirinho, 2012; Lima, 2008; Moreira, 2008; Primo, 1999; Soares, 2008; Sousa, 2015; Vergo, 1989):

- Uma museologia de carácter social que promove a ação participada das comunidades, a coesão social e territorial, interpretações holísticas e o desenvolvimento sustentável (cultural, social e económico). A museologia como instrumento de cidadania e empoderamento das comunidades;
- A substituição do discurso singular e autoritário pelo envolvimento e integração do visitante e da sua visão crítica (museologia de *focus*);
- Novos formatos de museus – de diversas geometrias e áreas de influência, descentralizados e de atuação à escala local, que trabalham o contexto cultural e social envolvente. Por exemplo, os ecomuseus, os museus comunitários e os economuseus;
- A valorização do património cultural imaterial, da cultura viva e da memória coletiva e social (e a inclusão destes elementos nos acervos dos museus);
- A democratização e responsabilização das comunidades sobre a função da proteção e salvaguarda do património;
- A museologia que usa o suporte tecnológico no espaço expositivo e que também está presente *online*, por exemplo os museus digitais, os museus virtuais e os museus virtuais totais (apenas com presença na Net, sem espaço físico).

Sobre a centralidade dos museus na organização e promoção de abordagens e métodos participativos na salvaguarda do PCI, Blake (2015, 2018), através da já referida análise dos 41 relatórios submetidos à UNESCO pelo Estados-parte no ciclo 2011-2013, identifica iniciativas já adotadas pelos museus e outras a implementar:

- Assumir a centralidade dos “museus locais” na salvaguarda do PCI, em cooperação com os CGIs;
- Ações de capacitação educacional, social e espacial:

²² Para análise foram consideradas as diversas comunicações, o Relatório da Conferência e o Relatório do Encontro de Peritos, realizado na mesma ocasião (o que incluiu a apresentação de 20 projetos desenvolvidos por museus; o testemunho de 4 praticantes e o resultado de 6 grupos de trabalho). <https://www.ichandmuseums.eu/en/reports/it-international-conference-participation> [Consultado em junho de 2018].

- cursos de formação em gestão de PCI e inventariação;
 - estabelecer centros de documentação nos museus locais e centros culturais, tornando essa documentação acessível às comunidades;
 - ações de sensibilização acerca da função social do PCI, retirando a ênfase na documentação para evidenciar outras medidas de salvaguarda;
 - ações de salvaguarda e melhoria de espaços físicos necessários para a performance, a prática e a ativação do PCI, incluindo o espaço natural e os seus recursos;
- Promover *ICH focus museums* que envolvem os praticantes com a demonstração das suas competências e das diversas manifestações *in situ*.²³

Através da análise dos dois conjuntos de artigos consultados e dos relatórios da Conferência Internacional conclui-se que a abordagem democrática dos processos de patrimonialização domina o discurso dos vários museus. Os projetos são apresentados num registo assertivo e na demonstração da assimilação dos pressupostos da Nova Museologia, em particular a valorização da perspetiva holística do património, dos museus locais, do PCI e do envolvimento das comunidades nas atividades dos/nos museus (menos evidente a referência ao envolvimento dos museus nas iniciativas das comunidades e nas práticas *in situ*).

Existe uma atitude intrínseca ao discurso que remete para o afastamento da conceção do museu enquanto espaço que privilegia o que é material. Contudo, uma das iniciativas mais promovidas pelos museus, entendida como impulsionadora da participação das comunidades, parte exatamente dos objetos²⁴: o convite feito aos CGIs para, a partir de objetos associados ao PCI (que estão expostos no museu ou são trazidos e doados ao museu),²⁵ contarem as “suas histórias” e as “suas memórias” sobre a utilização desses objetos no atual contexto em que as expressões se realizam ou por referência a um contexto passado. Constroem-se assim bases de dados de narrativas, histórias e memórias que associadas aos objetos ajudam a contextualizá-los e acrescentam-lhes valor.

²³ Para além da Convenção 2003 a autora refere que o espírito do movimento que defende a democratização do paradigma patrimonial também está presente na Recomendação para a Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, a sua Diversidade e Papel na Sociedade (UNESCO, 2015) acompanhando o crescente interesse pelos “museus comunitários”, os “museus das minorias” e a questão das “comunidades migrantes e refugiadas”, um assunto de enorme atualidade e relevância, em particular nas cidades multiculturais sujeitas a profundas transformações sociais.

²⁴ Talvez porque dessa forma é mais fácil os profissionais do património e dos museus entenderem a importância do imaterial.

²⁵ Nestes projetos nem sempre é clara a diferenciação, tal como o “espírito da Convenção” parece pressupor, da prática de coletar objetos e “memórias” e a efetiva salvaguarda do PCI na atualidade, no contexto e localidade que lhe é próprio. Blake (2015, 2018) refere ainda o cuidado a ter com a recolha de objetos associados aos elementos do PCI, essa recolha não deve restringir o uso desses objetos nas práticas culturais e o museu deve permitir o acesso das comunidades aos objetos depositados nas coleções.

Outras atividades referidas nos artigos e que implicam o recurso a metodologias participativas correspondem a exposições, ações de formação, *workshops*, demonstrações dos praticantes, conferências, seminários, debates e alguns projetos de inventariação. Iniciativas promovidas, na sua maioria, nas instalações dos museus, sobre uma expressão específica ou cruzando diferentes expressões da cultura imaterial, ou até em relação com “novas tradições” (que ainda não foram transmitidas geracionalmente), com a cultura *pop* ou a arte contemporânea (num esforço de confronto e/ou complementaridade, destacando diferenças e similitudes).

Em relação a estas iniciativas são enumerados vários resultados positivos, em particular o aumento da consciencialização do valor do PCI e a partilha de conhecimento dos praticantes (entre si, com a comunidade local e com um público alargado). Os praticantes que se pronunciaram na Conferência Internacional e o *feedback* que os museus dizem receber dos CGIs revelam a satisfação e o entendimento destas iniciativas como promotoras do aumento da visibilidade e do prestígio social dos praticantes e das expressões culturais; sublinham a importância dos museus na produção do conhecimento sobre a evolução e história do património imaterial; apreciam o modo como os museus estabelecem redes que levam os praticantes a conhecerem outros praticantes, a partilharem experiências e a contactarem com a diversidade cultural.

Destacam-se, porém, várias recomendações sobre aquilo que pode ser melhorado no que diz respeito à ação dos museus na implementação da Convenção UNESCO 2003 e das metodologias participativas. Em primeiro lugar, no discurso enfático que enuncia os projetos dos museus (enquadrando-os no âmbito do PCI) deteta-se alguma dispersão, e até divergência, nas definições conceptuais, nomeadamente na própria definição de “património cultural imaterial” ou nas definições de “participação” e de “comunidade”.

Os significados que os museus atribuem ao PCI são diversos e é frequente encontrar projetos que os promotores defendem como “em linha com o espírito da Convenção 2003”, mas que nem sempre se enquadram nos termos ou nas definições desse documento. Por exemplo: a) desenvolvem-se atividades sobre expressões que não são “património vivo”, que remetem para representações, memórias e recriações de práticas já extintas há algum tempo, sem função cultural ou social atual (atividades que são enunciadas como referentes ao PCI, mas enquadram-se no âmbito da História Oral ou da Memória Coletiva); b) verificam-se situações em que as expressões culturais são retiradas do seu contexto original para serem apresentadas em situação de *showcase*, demonstração ou performance no interior do museu, em festivais ou mostras públicas, desvalorizando-se a localidade das práticas e desconsiderando contextos mais vastos e elementos-chave que podem necessitar de salvaguarda; c) algumas iniciativas realizadas com o intuito de cruzar diferentes tipos de cultura e arte (por exemplo, cultura popular,

pop e arte contemporânea) são protagonizadas sem que seja claro o seu propósito ou os seus resultados, sobretudo no que diz respeito à salvaguarda do PCI.

Parece que o facto do património cultural imaterial ser entendido não como “fixo”, mas como mutável (na medida em que é influenciado pelo fluxo e mobilidade das pessoas, dos bens e do conhecimento) por vezes permite apropriações equivocadas, interpretações com uma tal abertura que o descaracteriza, sendo recomendável o constante retorno à definição da Convenção 2003 para não se considerar tudo o que é “imaterial” *per si* - as memórias, ideologias, teorias, o digital, etc. - como PCI (para além das pontes/complementaridades que se podem estabelecer entre o património cultural imaterial e essas outras “imaterialidades”).

Nos projetos analisados, também o conceito de comunidade assume diferentes configurações, remetendo frequentemente para o conceito de “comunidade local” – na diversidade dos atores que residem no território abrangido pela ação dos museus; por vezes, refere-se o trabalho feito com associações culturais locais e os praticantes de expressões do PCI, mas não em todos os casos. Nem sempre se diferencia a “comunidade” dos “visitantes” ou do “público alvo” (alargado ou específico) do museu. Raramente os museus se identificam como parte dessa “comunidade”, tal como a definição de “comunidade patrimonial” sugere (União Europeia, 2015), aspeto sublinhado por Jacobs (2018) na Conferência de Palermo.

Em determinados projetos a indefinição sobre o que se entende por “comunidade” e por PCI resulta na diversidade de interpretações sobre o que é a “participação” dos CGIs na salvaguarda desse património. Generalizando, para apresentar dois exemplos simples - se, segundo o “espírito da Convenção 2003”, “participação” significa, não só, mas principalmente, a salvaguarda *in situ*, o apoio a uma rede de atores implicados na proteção de determinada expressão cultural (destacando-se o papel dos transmissores e praticantes) e a participação num processo colaborativo que define e implementa um plano de salvaguarda - é possível concluir: 1) quando os museus se referem à “participação” atendendo apenas à forma como os visitantes usufruem de uma exposição nas suas instalações (associando-a a modos de interação expositiva ou a estratégias para captar públicos) não estão propriamente a falar da “participação” conforme a definição anterior; 2) quando os museus dão como exemplo de “participação” a auscultação da comunidade local sobre a sua gestão e programação, sem particularizarem iniciativas relacionadas com o PCI, estão a falar da participação da sociedade civil nas atividades dos museus, não no papel dos museus no envolvimento dos CGIs nos processos de patrimonialização da cultura imaterial.

Reverendo as observações enunciadas torna-se evidente a importância da relação dos museus e do PCI com o “espaço”, a “localidade” e a “temporalidade”. Entre as diversas dimensões a considerar está o aspeto enunciado por Blake (2015, 2018) – os museus, enquanto instituições com sede física, podem fornecer às comunidades o espaço necessário para o encontro, a prática, a formação, o treino, a educação, exposição e promoção do PCI. Tal como Clifford (1997) refere, é possível identificar os museus como “zonas de contacto”, ou seja, a junção no espaço e no tempo de sujeitos, antes geográfica e historicamente separados. Nessa “zona de contacto” o museu pode retribuir aquilo que já recebeu das comunidades e promover o empoderamento dos CGIs. A “zona de contacto” é um espaço onde os praticantes, o público e o museu (pertencentes a uma mesma comunidade ou comunidades diferentes) podem partilhar inquietações, divergências e propósitos comuns, podendo até constituir-se como uma “nova comunidade”.

A gestão dessa “zona de contacto” levanta, no entanto, diversas questões. Considerando os exemplos analisados é manifesta a tendência dos museus para sobrevalorizarem o espaço físico da instituição descurando os espaços e tempos próprios do PCI, construindo uma relação centrada mais na gestão do museu do que na salvaguarda do património imaterial. A própria presença e atuação dos praticantes no espaço do museu, fora do contexto que lhe é próprio, pressupõem uma situação produzida e encenada, arriscando desconetar os interesses dos praticantes dos interesses da instituição e, como já foi referido, existe ainda o perigo de descaracterizar as expressões culturais.

É perante as situações enunciadas anteriormente que surge a recomendação para os museus promoverem ações fora do seu espaço físico, aumentando a presença no espaço público e considerando, para cada um dos casos em que estiverem envolvidos, diferentes contextos de encontros e trocas. Mas como é que isso pode ser feito? Também aqui são por vezes enunciadas soluções equivocadas – agir no exterior dos museus e no espaço público, no que diz respeito ao PCI, não passa apenas por fazer numa feira ou num conjunto de barraquinhas montadas no jardim ou na avenida em frente ao museu o mesmo que se faz dentro do edifício. Essas iniciativas podem ser importantes para formar novos públicos e dar visibilidade às questões do património, mas não resolvem o problema da deslocalização dos praticantes e das práticas.

Na Conferência de Palermo (2018), a discussão sobre o “espaço, a localidade e temporalidade” foi direcionada num sentido diferente, alinhada com o “espírito da Convenção”: a ação dos museus na salvaguarda do PCI também tem de acontecer no local onde a transmissão do conhecimento atinge sua eficácia máxima, ou seja, no local onde as expressões culturais acontecem, no espaço e no quotidiano das comunidades,

respeitando o que caracteriza essas expressões, os seus significados, os seus praticantes, os seus calendários e os seus ritmos.²⁶

Sobre o mesmo assunto é de destacar a intervenção dos praticantes na mesma Conferência. Estes sublinharam a seriedade com que se envolvem na criação, transmissão e prática da cultura popular, declararam-se disponíveis para partilhar o seu saber e trabalhar em conjunto com as mais diversas instituições em prol da salvaguarda do património, mas querem ser ouvidos, querem que as necessidades que identificam e os seus pedidos de ajuda sejam considerados, principalmente quando se torna urgente a salvaguarda das suas tradições. Particularizando, a intervenção de Alessandro Ervas da Associação El Felze - associação dos artesãos que contribuem para a construção das Gôndolas, em Veneza – demonstrou que nem sempre os apelos dos praticantes são considerados pelas autoridades que tutelam as questões do património, mesmo perante a perseverança da Associação e o apoio da sociedade civil. Sobre a questão da localidade, Alessandro Ervas afirma que quaisquer ofícios e saberes devem ser praticados no local onde são desenvolvidos e transmitidos e não nos museus, onde correm o risco de ficarem afastados do seu contexto.

Das observações finais da Conferência destaca-se ainda a questão levantada por Vito Lattanzi. O orador afirma que os museus, se se quiserem familiarizar com a vida das pessoas, “precisam” da cultura imaterial, mas questiona se o património imaterial “precisa” dos museus? Sem que haja uma resposta categórica a esta pergunta, considerando os artigos e documentos analisados, é possível perceber que os praticantes reconhecem o valor e importância do papel dos museus na salvaguarda do PCI. É visível, contudo, a necessidade de intensificar a relação entre museus e CGIs e, particularizando, entre os museus e os praticantes e transmissores das expressões culturais imateriais. É fundamental construir uma relação séria, entre iguais, de longo prazo que se alicerce no sentimento de confiança e respeito mútuo. Uma relação em prol da salvaguarda do PCI e segundo o “espírito da Convenção” (se assim o entenderem), esclarecendo-se sobre o que isso significa e implica.

A terminar este ponto, conclui-se que, para construir uma relação efetiva com os CGIs, os museus precisam de convocar equipas multidisciplinares e profissionais especializados na aplicação das metodologias participativas – as ditas “figuras ponte”, os mediadores, facilitadores, *gatekeepers*, *gamekeeper*, *ice-breakers*, *the cultural broker*, etc. Assumir que estes profissionais têm de ser altamente qualificados, com competências e perfis definidos criteriosamente. Não se confundindo o recrutamento

²⁶ Salientado pelos praticantes que participaram na Conferência, nas conclusões de vários grupos de trabalho e na comunicação de Daniela Perco no encontro de peritos.

de profissionais da museologia ou das ciências sociais e humanas que apresentam uma personalidade ou caráter empático, com o recrutamento de alguém com elevadas competências no âmbito do PCI e competências relacionais, mas também competências teóricas, técnicas e metodológicas para promover com sucesso a participação, a fruição, o contacto com os significados, o sentir e a razão de ser das práticas tradicionais na sociedade atual, promovendo *in situ* e no museu a transmissão e o reforço das funções culturais, educacionais, económicas e sociais do PCI.

2.2.2.A participação dos CGIs em atividades de inventariação do PCI

Como foi referido anteriormente, nem a Convenção 2003 nem as Diretrizes Operativas referem normas ou metodologias específicas sobre o registo e inventariação das expressões culturais imateriais. A abertura e flexibilidade dadas a estes processos implicam, no entanto, uma condição fundamental: o envolvimento dos CGIs. Mas também sobre essa condição não é explícita a forma de proceder. O desafio está em desenvolver um trabalho colaborativo nas várias fases do processo - na elaboração do inventário, na recolha/registo de informação e na produção de conhecimento (através de meios audiovisuais e por outras formas). Importa ainda conseguir o equilíbrio entre a participação das comunidades, grupos e indivíduos e o trabalho instruído por competências técnicas e científicas que dão legitimidade e significado à inventariação.

De referir neste ponto que a flexibilidade legal que caracteriza a Convenção 2003, para além de se apresentar como um desafio e causar, por vezes, instabilidade e discussão, não é usualmente interpretada como negativa. Perante a decisão de ratificação, considerando as especificidades culturais, políticas, financeiras e técnicas de cada país, uma estrutura mais rígida podia apresentar-se como menos atrativa para certos Estados-parte (Van Uytsel, 2012). Por outro lado, essa flexibilidade permite a experimentação, o avanço e o recuo conforme os resultados atingidos, uma oportunidade para aperfeiçoar técnicas e métodos em projetos exploratórios.

A partir de uma revisão de artigos²⁷ sobre a inventariação do PCI e a participação dos CGIs apresenta-se de seguida algumas reflexões baseadas na análise dos resultados de projetos desenvolvidos em diversos países. Uma primeira aproximação a esses trabalhos permitiu perceber que o conjunto de artigos selecionados divide-se em dois grupos distintos – o grupo que refere o processo de inventariação segundo um plano geral, destacando as diferentes fases do processo, mas sem centrar a descrição do projeto na

²⁷ E a apresentação do projeto *Vídeo nas Aldeias* através da página *online* - <http://videonasaldeias.org.br>.

criação de plataformas digitais (mesmo que usem esse recurso) (Barbe et al., 2015; Bakar et al., 2014; Chan, 2017; Gonzalez, 2016; Herzt, 2015; Sancho, 2014; Shankar, 2010; VNA, 2009; Wendland, 2009) e o grupo que, entre as diversas questões relacionadas com a inventariação, destaca o uso das novas tecnologias apresentando projetos de implementação de e-Inventários PCI, com acesso público, livre e *online* (Artese & Gagliardi, 2017; Giglito, 2014; Janssens et al., 2013; Kivilaakso & Marsio, 2017; McCleery & McCleery, 2016; Orr & Thomas, 2016; Park, 2014; Rodil & Rehm, 2015; Sousa, 2015 e 2017; Tamm, 2017). Estes artigos serão comentados considerando as seguintes questões: como se caracterizam as metodologias participativas utilizadas nos projetos de inventariação? E, no caso dos projetos que se referem a e-inventários, em que medida os recursos tecnológicos foram utilizados para promover o envolvimento dos CGIs?

a) Os CGIs e a participação na inventariação - perspetiva geral

É possível descrever vários cenários para **diferentes níveis de envolvimento dos CGIs** no processo de inventariação:

- a) **Informativo/Consultivo** - quando agentes externos definem os problemas a resolver e as soluções a executar considerando os CGIs apenas como beneficiários e informantes, ou até como consultores, mas sem que estes possam decidir ou influenciar o plano definido – por exemplo, assistindo a sessões de informação, respondendo a entrevistas e inquéritos ou participando em grupos *focus*. Nestas circunstâncias estamos perante níveis elementares de envolvimento;
- b) **Consultivo/Mobilizador nível básico** - os CGIs fazem parte de fóruns, conselhos, painéis ou júris de cidadãos, reuniões de trabalho e outras dinâmicas de grupo onde são considerados agentes da inventariação;
- c) **Mobilizador nível médio** - no caso da colaboração se concretizar numa relação de responsabilidade partilhada, num compromisso onde participam ativamente nas decisões adotadas, o nível de envolvimento é maior e os CGIs apresentam-se como parceiros e coautores do plano. A participação aumenta se existe uma efetiva implicação nas diversas fases de implementação – diagnóstico, planeamento, ação e avaliação;
- d) **Mobilizador avançado** - o nível máximo, ideal, é atingido quando a iniciativa do processo de inventariação parte dos CGIs e quando, em parceria com agentes externos, são as comunidades, grupos e indivíduos que se mobilizam e gerem o projeto (Adnan et al., 1992; Community Places, 2014; Pretty, 1994).

Atendendo aos níveis de envolvimento descritos e analisando os projetos da bibliografia consultada um facto é evidente: o processo de inventariação, seja local, regional ou nacional, acontece, na maioria das vezes, por iniciativa de instituições governamentais ou por iniciativa de organizações internacionais como a UNESCO e a WIPO, usualmente em parceria com os Estados e instituições académicas. Mesmo quando a identificação dos elementos a inventariar parte dos CGIs ou dos seus representantes, mesmo quando estes foram consultados ou participaram na definição do processo, a maioria dos inventários é da responsabilidade direta de entidades governamentais. A própria promoção de metodologias participativas é impulsionada, acima de tudo, pelo compromisso assumido pelos Estados-parte para implementarem a Convenção 2003, ou seja, é ativada pelas recomendações de instituições internacionais e nacionais e não pela motivação ou exigência dos CGIs (Artese & Gagliardi, 2017; Barbe et al., 2015; Gonzalez, 2016; Herzt, 2015; Janssens et al., 2013; Kivilaakso & Marsio, 2017; Park, 2014; Shankar, 2010; Tamm, 2017; Sousa, 2017; Wendland, 2009).

Não sendo possível identificar, no que diz respeito aos promotores e à motivação, um sistema maioritariamente participativo, como se caracteriza, contudo, o envolvimento das comunidades, grupos e indivíduos quando essas ações são implementadas? Que técnicas são utilizadas? Quais as dificuldades e os resultados obtidos?

Deixando para mais tarde os pormenores que caracterizam os sistemas de inventariação digitais e *online*, abordamos agora as descrições que os artigos fazem sobre as diferentes etapas do processo de inventariação. Assim, para além dos diversos contextos e das várias interpretações sobre o que pode ser o envolvimento dos CGIs, os projetos, no seu conjunto, apresentam como principais etapas do método participativo: a identificação dos *stakeholders*; a definição do propósito do envolvimento (porquê usar metodologias participativas?); a definição das técnicas a aplicar; a aplicação dessas técnicas e, por fim, a reflexão e avaliação do processo. Raramente se referem os recursos necessários e o que garante a sustentabilidade do projeto a longo prazo.

Sobre quem são as comunidades, grupos e indivíduos interessa não apenas identificá-los, mas também caracterizá-los e perceber o que pode determinar o seu maior ou menor envolvimento. Análises deste género são, contudo, escassas. É frequente partir-se para o planeamento de projetos sem que se faça um exame mais profundo sobre o que pode impulsionar ou dificultar a participação. Um exemplo deste género de diagnósticos é descrito por Bakal et al. (2014) num estudo realizado na zona central e limítrofe de Malaca²⁸ que analisou a existência ou não de correlação entre 10

²⁸ A quando a candidatura da cidade de Malaca a Património Mundial.

indicadores sociodemográficos e os níveis de envolvimento na salvaguarda do PCI.²⁹ Os resultados demonstraram que apenas o género e a origem social não influenciavam os níveis de participação. Todos os outros fatores estavam significativamente correlacionados: a etnicidade – com a crescente “aculturação e desculturação” advinda da migração para áreas urbanas, dos matrimónios mistos e do uso generalizado da língua inglesa (id. ibidem, 2014: 5); a idade – com os jovens menos interessados e a população idosa mais sensibilizada; o estado civil – com os solteiros menos envolvidos; a religião – com a proibição de certas práticas devido a normas religiosas; a localização geográfica – com a forte heterogeneidade cultural a fomentar enclaves étnicos nas áreas urbanas, dificultando o envolvimento; o grau de educação – com os obstáculos à adaptação do conhecimento convencional ao contexto nativo e vice-versa; os rendimentos reduzidos associados a um maior envolvimento, mas também à exclusão dos processos de decisão e, por fim, a ocupação profissional – com maior participação entre os reformados, domésticas e funcionários públicos (id. ibidem, 2014).

Este género de análise no início dum plano de salvaguarda permite direcionar os recursos e energias para o que mais influencia os níveis de participação, envolvendo os já interessados e sensibilizando e mobilizando os que voluntária ou involuntariamente não estão envolvidos na salvaguarda do PCI.

No início dum processo participativo, e com uma importância similar à identificação e caracterização sociodemográfica dos CGIs, estão as campanhas informativas. O objetivo destas ações é mobilizar os cidadãos consciencializando-os da importância do PCI e da sua salvaguarda. Após essas iniciativas, que se enquadram num nível elementar de envolvimento, é possível avançar para atividades de consulta, através de sessões públicas estruturadas nas mais diversas formas – por exemplo, em plenário, assembleia ou conferência. Estas atividades são vantajosas na medida em que, num procedimento transparente e público, dirigem-se a um número alargado de pessoas, permitem informar sobre o processo, esclarecer dúvidas e colocar em contacto diferentes atores. Como desvantagem está a hipótese da afluência a essas sessões ser reduzida e não representar os CGIs; também a exposição pública pode ser uma desvantagem inibindo a participação ou, se a sessão não for bem mediada, despoletando situações conflituosas.

Outras duas estratégias de consulta são a aplicação de inquéritos e a chamada para o envio de propostas de elementos a inventariar (usualmente via internet). Nestes casos a ação dirige-se a um número alargado de pessoas, mas o *feedback* não é direto, realiza-

²⁹ “The selected community resides in the Core Zone and Buffer Zone of the WHS. The residential areas are Morten Village, Portuguese Village, Heren and Jonker Streets and Chetty Village.” (Bakal et al., 2014: 2)

se através de um instrumento de recolha de informação, como um formulário para preencher. Estes instrumentos permitem a recolha de um número elevado de dados qualitativos e/ou quantitativos (que só serão uteis se as perguntas forem bem estruturadas e os resultados passíveis de análise) sendo importante considerar o tempo disponível para o tratamento dessa informação. É ainda de considerar a baixa taxa de resposta que estas chamadas costumam assumir e desenhar, previamente, estratégias que promovam a participação. Estas técnicas raramente produzem um sentimento de partilha e de envolvimento nas pessoas, por isso são recomendadas como parte de uma metodologia mais abrangente que, complementarmente, aplique técnicas de aproximação e maior contacto com os CGIs (Community Places, 2014; União Europeia, 2018).

Todas as técnicas que remetem apenas para a consulta apresentam como principal desvantagem o não envolvimento dos CGIs nas tomadas de decisão e nos planos de implementação dessas decisões. Por outro lado, dirigem-se, usualmente, à população em geral, podendo a informação reunida não advir dos praticantes ou transmissores de expressões do PCI.

Como exemplo do uso de uma metodologia participativa assente em técnicas de consulta pode-se apresentar o caso Suíço, no qual a criação do Inventário Nacional de PCI recaiu sobre os governos dos Cantões (Hertz, 2015). Para além da diversidade de abordagens e da tradição institucional democrática do país, Hertz considera que a perspectiva “*bottom-up*” apenas foi aplicada em três dos vinte seis Cantões: em Aargau e Solothurn mediante consulta a associações culturais ativas e sediadas nos seus territórios e em Neuchâtel através de uma estratégia desenhada por um grupo de peritos (onde se inclui a autora, afiliada à University of Neuchâtel).³⁰ Neste último caso, o processo iniciou com uma ação de informação, através duma conferência de imprensa, depois foram enviadas cartas às administrações comunais, explicando a iniciativa e fazendo uma chamada para propostas de “tradições vivas” a inventariar. As respostas a essa chamada foram remetidas via *website* e resultaram em oito propostas, das quais sete foram incluídas no Inventário Nacional.³¹

³⁰ Não desenvolvendo sobre as técnicas de consulta utilizadas em Aargau e Solothurn, a autora refere, no entanto, um exemplo de interferência “*top-down*” neste processo - os mais de mil elementos propostos por esses dois Cantões para uma “lista bi-cantonal” foram limitados pelo Órgão Federal da Cultura a 15 e 11, respetivamente. Isto justificado com a necessidade de “equilibrar” o número de propostas de cada Cantão no Inventário Nacional.

³¹ De todo este processo a autora destaca o facto das recomendações da UNESCO que dão a agencialidade do processo de inventariação às comunidades, grupos e indivíduos, identificando-os como atores principais, com direitos e deveres especiais, não se adequarem às instituições e práticas democráticas que funcionam na Suíça. Refere que abaixo do nível do Cantão, “*the commune*” mais do que se identificar com a definição de CGIs, constitui-se em associações de cidadãos, um sistema que a autora considera promover a democracia cultural de um modo mais alargado. Hertz (2015) questiona mesmo a necessidade de, no âmbito das “tradições vivas”, se enfatizar tanto o papel dos CGIs. Nesta perspetiva, a desvantagem assinalada anteriormente, e que se refere ao facto dos processos de consulta que abrangem uma população alargada nem sempre serem representativos dos interesses dos praticantes e transmissores, é desvalorizada.

Passando a atividades passíveis de serem classificadas num nível de envolvimento mais elevado, que permitem a participação em deliberações e tomadas de decisão, é possível referir, por exemplo, os júris de cidadãos. Esta técnica consiste em juntar um grupo de cidadãos para representarem determinada população, debaterem, deliberarem e decidirem sobre um determinado assunto. Nesses júris os cidadãos podem consultar peritos que os ajudam a chegar à redação de um veredicto ou de uma lista de recomendações (Community Places, 2014). Barbe et al. (2015) descrevem uma experiência participativa de inventariação onde se optou por criar um sistema de júri de cidadãos, um projeto levado a cabo no *Parc Naturel Regional des Ballons des Vosgues* (2007-2009) em colaboração com serviços descentralizados do Ministério da Cultura Francês e executado em duas áreas do território do Parque, incluindo vários municípios de Lorraine e Franche-Comté. O processo foi dirigido por um Comité (os representantes do Parque, do Ministério e dos Municípios e membros de um conselho científico multidisciplinar) e dividiu-se em várias fases: primeiro numa campanha de informação e reuniões públicas onde foram indicados elementos do PCI a inventariar;³² depois o recrutamento dos membros de dois jurados (pelo Comité a partir das reuniões públicas e escolhidos aleatoriamente via telefone) e, por fim, os júris, sem intervenção do Comité e guiados por um facilitador (contratado pelo Parque para mediar as discussões e garantir que todos expressavam as suas opiniões). O propósito desses júris era o de discutir e selecionar entre os elementos propostos nas reuniões públicas, aqueles que seriam objeto de inventariação, examinando-os de acordo com critérios pré-definidos, pesquisa de informação e conversas com os praticantes (Barbe et al., 2015).

Os autores concluem que este processo suscitou no jurado uma reflexão profunda sobre a complexidade do património, entendendo-o como um recurso orientado para benefício futuro, muito além do que constitui um inventário. No final, o ponto negativo que descredibilizou o processo foi a decisão do Comité de não considerar todas as recomendações apresentadas anulando a autoridade dos jurados. Facto que se refletiu nos programas promovidos posteriormente pelo Parque, que obtiveram uma menor participação dos cidadãos. Os autores referem que um dos problemas neste projeto esteve ligado aos conflitos que surgiram no Comité, ao facto de serem estes a promover e gerir todo o processo e à fragilidade da construção de consensos.

Parte das vantagens e desvantagens usualmente identificadas em relação à organização de júris de cidadãos verificaram-se nos resultados do projeto anteriormente descrito. Como vantagens costuma-se enunciar: o envolvimento de um número alargado de pessoas; a seleção aleatória que pretende tornar o processo igualitário e a construção

³² Segundo os autores não foi fácil mobilizar “público” para estas reuniões, principalmente devido à dificuldade em sensibilizar para a importância do tema e esclarecer sobre o conceito de PCI.

de decisões coletivas e informadas através da consulta de “especialistas” (que tanto podem ser peritos académicos como praticantes). Como desvantagens: o desvio da representatividade – que depende da forma como os jurados são selecionados; a hipótese dos praticantes e transmissores não pertencerem ao jurado, não participando ativamente nas decisões e sendo considerados meros consultores; a possibilidade de manipulação dos jurados pelo painel de consultores ou outros jurados; o elevado empenho e elevada disponibilidade que são pedidos aos jurados e a perda de credibilidade do processo no caso da entidade organizadora não implementar as recomendações ou o veredicto final (Community Places, 2014).

Sobre atividades que envolvem um nível de participação ainda mais elevado, reportamos, como exemplo, ações e *workshops* de capacitação desenhados para, na perspetiva da intervenção social e da pesquisa-ação, habilitar os participantes de competências, instrumentos e autonomia para iniciarem e desenvolverem projetos de registo e inventariação de PCI. São vários os projetos que promoveram atividades deste tipo. A formação desenvolvida para o processo de inventariação realizado no âmbito do projeto *Celebração da Cultura Costeira* (2007-2009) é um exemplo.

Executado em Portugal e coordenado por uma equipa multidisciplinar da Mútua de Pescadores,³³ este projeto, desenhado com o objetivo de promover a cultura fluvial-marítima local enquanto fator de desenvolvimento sustentável e integrado, deu origem a uma rede de trabalho que envolveu municípios, associações culturais, centros de investigação e museus localizados em 7 pontos do país e ilhas (Sancho, 2014).³⁴ Entre outras ações, esta rede formou inventariadores em cada área de influência, selecionando civis com conhecimento e experiências ligadas ao património local. No final dessas ações, os participantes, capacitados com conhecimentos e instrumentos para esse fim e guiados pela entidade local e a coordenação do projeto, colaboraram no registo e inventariação de elementos do PCI. A intenção era, gradualmente, torná-los agentes de revitalização dos elementos em estudo, precisamente porque, através da implementação do inventário - identificação, documentação e profundo conhecimento dessas expressões culturais - poderiam adquirir uma maior sensibilidade para a valorização e salvaguarda do património (id. ibidem, 2014).

Segundo Sancho (2014) a iniciativa, para além de avaliada positivamente por desenhar e montar uma estrutura com potencial para ser replicada,³⁵ apresentou dificuldades ao nível da gestão do tempo e da definição e compreensão dos objetivos e ferramentas a

³³A Mútua de Pescadores é uma cooperativa de seguros sem fins lucrativos e o projeto foi cofinanciado pelas *EEA Grants* e a Câmara Municipal de Sines.

³⁴ As regiões dos rios Douro e Minho; a Lagoa de Aveiro e concelhos circundantes; Peniche; os concelhos de Sines e Lagoa de Santo André; o Vale do Guadiana; a Ilha Culatra e a comunidade de Rabo de Peixe, nos Açores.

³⁵ Para este efeito foi elaborado, por exemplo, um “manual do inventariador”.

utilizar (quer por parte da coordenação quer por parte dos participantes). Por outro lado, não foi possível encontrar qualquer registo de atividade pós-projeto e, à data da redação desta publicação, as páginas de acesso à base de dados SIG do inventário e os vários links associados ao projeto³⁶ não estavam disponíveis *online*, não sendo possível o acesso aos resultados finais.

Outro programa de recolha e inventariação que desenvolveu ações de capacitação foi o *Community Cultural Documentation* inserido no projeto *Creative Heritage* lançado em 2008 pela *World Intellectual Property Organization (WIPO)* em parceria com a *Maasai Heritage Foundation*, o *American Folklife Centre*, a *Library of Congress* em Washington e o *Duke University's Center for Documentary Studies* em Durham. Neste caso, realizou-se uma experiência piloto, que se pretendia duradoura e replicável a outras comunidades. O objetivo era dar assistência às comunidades indígenas ajudando-as a documentar o seu património (Shankar, 2010; Wendland, 2009). O programa teve duas fases (Shankar, 2010): primeiro, em 2008, dois representantes da comunidade Maasai e um antropólogo do Museu Nacional do Quénia receberam formação de duas semanas – no *American Folklife Center* e no *Center for Documentary Studies* (sobre planeamento de projeto, ética de pesquisa, técnicas de documentação, métodos de arquivo, base de dados e registo áudio e vídeo), no final deslocaram-se à Suíça para aprofundar e discutir questões relacionadas com direitos de propriedade intelectual e gestão; mais tarde, em 2009, representantes da WIPO, *American Folklife Center* e *Center for Documentary Studies* facultaram um computador, um gravador de áudio e uma câmara de vídeo, reforçaram a formação em métodos e técnicas e, no Quénia, durante uma semana, os anteriores formandos e mais dois membros da comunidade Maasai realizaram trabalho de campo recolhendo 1000 imagens digitais e 6 horas de gravação de áudio sobre aspetos da vida da comunidade que queriam explorar. Uma cópia desses materiais foi entregue à comunidade e, com o consentimento da mesma, outra cópia foi depositada na *Library of Congress*. Paralelamente, um dos formandos produziu dois documentários, e a comunidade usou algumas fotografias e registos de músicas para fins comerciais.

Outro resultado do projeto foi a criação de um *site* pelo *Center for Documentary Studies* com orientações, ferramentas e informação sobre boas práticas para autodocumentação. Também em relação a este programa não foi possível encontrar o registo de atividade pós-projeto e, à data da redação desta publicação, a base de dados³⁷ não estava disponível, sendo, contudo, possível aceder aos materiais didáticos produzidos para a orientar as ações de capacitação.³⁸

³⁶ www.mutuapescadores.org/Frontend/; <http://ccc.mutuapescadores.pt/>; <http://www.fcsh.unl.pt/ccc/>.

³⁷ <http://www.wipo.int/tk/en/folklore/culturalheritage/>

³⁸ <http://www.loc.gov/folklife/edresources/ed-cultdocmethods.html>; <http://www.wipo.int/tk/en/resources/training.html> e http://www.wipo.int/tk/en/databases/creative_heritage/

Entre o panorama das atividades de capacitação em registo audiovisual do PCI destaca-se ainda o trabalho da ONG Vídeo nas Aldeias, distinguida com vários prémios e reconhecida como exemplo de boas práticas. Sediada no Brasil, esta organização constituiu-se em 2000 após o desenvolvimento, durante 14 anos, de um projeto homónimo. No início este projeto foi promovido pelo Centro de Trabalho Indigenista e tinha como principal objetivo apoiar os povos indígenas na valorização e salvaguarda dos seus patrimónios territoriais e culturais através do registo audiovisual. Após a primeira formação o projeto começou a trabalhar com um número cada vez mais alargado de povos indígenas,³⁹ distribuindo os equipamentos necessários para autonomizar as comunidades na produção dos seus vídeos e criando uma rede de distribuição desses trabalhos. Através dessas atividades o projeto *Vídeo nas Aldeias* cresceu tornando-se um centro de produção de vídeos e uma escola de formação audiovisual. Depois de constituída como entidade independente todo o acervo de imagens e mais de 70 filmes estão organizados num arquivo disponível *online*.⁴⁰

Para concluir, é possível enumerar quer potencialidades quer constrangimentos na forma como as iniciativas anteriormente descritas foram implementadas. As ações de capacitação, organizadas em grupos de tamanho relativamente reduzido encorajam a discussão, a identificação de questões chave, a gestão eficiente do tempo e as relações; podem ser desenhadas conforme as características de um grupo específico – praticantes, transmissores, jovens, povos indígenas, migrantes, etc. São atividades que usualmente envolvem técnicas pedagógicas ativas, onde a experiência dos participantes é utilizada favorecendo o trabalho de grupo e a futura aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. As ações de capacitação e os *workshops* têm, contudo, de ser mediados por profissionais de elevada competência para motivar e corresponder às expectativas dos participantes, para facilitar a participação igualitária e transmitir corretamente as matérias programadas (Community Places, 2014). Os resultados destas ações podem não corresponder ao esperado quando, porque não se consideraram previamente os recursos humanos e materiais necessários, não é possível prosseguir com atividades pós-projeto que garantam a aplicação dos conhecimentos a longo prazo. Muitas vezes, a ação ou algumas experiências esporádicas realizadas pós-projeto são entendidas como um fim em si e não como parte de um plano de salvaguarda mais amplo. Quando isto acontece desvirtua-se todo o processo, pois o principal objetivo da capacitação é a prática e a aplicação a longo prazo das competências adquiridas.

³⁹ Como, por exemplo, em Ashaninka, Guaraní-Mbya, Hunikui, Ikpeng, Kisêdjé, Kuikuro, Manchineri, Paraná, Waimiri Atroari, Wajãpi, Xavante, Xingu, entre outros.

⁴⁰ <http://videonasaldeias.org.br/2009/index.php> e <http://videonasaldeias.org.br/loja>.

Essencial será perceber que, se num projeto de registo e inventariação se quer ir além do processo de consulta, se se pretende explorar metodologias de intervenção comunitária que tornem os CGIs agentes interventivos e promotores da inventariação, importa capacitá-los dos métodos e técnicas de investigação social (cientes de que nem todos os praticantes e transmissores estarão interessados ou habilitados para o fazer).

Sobre este assunto é oportuno referir a experiência de inventariação de seis milongas, um subelemento do tango, realizada entre maio e outubro de 2013 pela Oficina Regional da UNESCO para a América Latina – Buenos Aires, Argentina, no âmbito do projeto *Living Heritage*. O trabalho foi coordenado por uma equipa de investigadores e envolveu seis participantes selecionados entre organizadores de milongas. O processo envolveu reuniões quinzenais (para discussão e ajustamentos) e um dos objetivos era mobilizar os participantes para a recolha de informação e o registo de milongas previamente selecionadas (a inventariação seria feita através da observação direta, aplicação de entrevistas e a captação de vídeo e imagens). Na análise apresentada por Gonzalez (2016), técnica assistente do projeto, não existe referência a ações de capacitação. A autora diz que no final os participantes avaliaram de forma positiva o projeto e foi definida uma política pública de salvaguarda, mas Gonzalez também enumera uma série de problemas que parecem advir, exatamente, da reduzida capacitação dos participantes: a dificuldade dos mesmos para assimilarem os conceitos da UNESCO o que influenciou, por exemplo, a rigidez da definição dos elementos a inventariar — selecionados pelos participantes por referência a um “tipo-ideal”, um estereótipo da milonga, que não representa a diversidade das práticas; no trabalho de campo, a falta de familiaridade com as técnicas de entrevista e a utilização de instrumentos tecnológicos de recolha de dados afetou o resultado final, acabando os participantes por necessitar de um maior acompanhamento e apoio dos coordenadores.

Avançando para a questão do uso das novas tecnologias e das plataformas digitais no registo e inventariação, para além de não ser explícita a referência desses meios na Convenção 2003, a relevância desses recursos aparece nas Diretrizes Operativas (119) e está implícito na recomendação para se disponibilizar publicamente os resultados da inventariação. Para além da evidente necessidade de capacitação nesta área, não é possível ignorar o facto de, na sociedade atual, as pessoas estarem familiarizadas com plataformas digitais, com o registo vídeo, áudio e fotográfico. Muitas participam em fóruns, redes sociais, tiram fotos, produzem e montam vídeos que partilham *online*. Apostar no aumento de competências que promovem a utilização das tecnologias visuais e a difusão de registos em plataformas digitais e redes sociais é democratizar um sistema até agora gerido apenas por investigadores, profissionais do património ou informáticos.

A participação dos CGIs na produção e difusão de conteúdos audiovisuais, começa a ser entendida pelos próprios como recursos de poder e de afirmação e como uma possibilidade de expressarem a sua opinião sobre o património (Martins, 2013; Sousa, 2015).

É neste contexto que passamos de seguida à revisão de artigos que, para além das questões do registo, da inventariação e da participação focam-se em projetos de e-inventários. Plataformas digitais que promovem novas formas de fruição e de comunicação do PCI, acessíveis a qualquer hora e em qualquer parte do mundo onde haja acesso à internet (Sousa, 2015).

b) Os CGIs e a participação na inventariação - o potencial digital

Antes de tecer considerações sobre algumas das técnicas participativas utilizadas na implementação de e-Inventários PCI, convém definir os conceitos que vão estar na base desses comentários. Assim, por digital entende-se a desmaterialização dos suportes físicos e analógicos através de tecnologias eletrónicas que permitem transmitir, processar e armazenar informação. Consideram-se e-Inventários PCI os inventários de expressões de um ou mais domínios do património cultural imaterial publicados *online* e com acesso livre.

A relação entre o aumento e disponibilidade de novas tecnologias digitais e a atual visibilidade do PCI é uma evidência destacada por diversos autores, um facto considerado como vantajoso para a implementação de certas medidas de salvaguarda, mas também um desafio que implica alguma ponderação (Bhowmik & Díaz, 2016; Giglito, 2014; Khaznadar, 2016; Severo, 2016; Sicard, 2016; Roodil & Rehm, 2015; Sousa, 2015; Van Zanten, 2012).

Resumindo, como vantagens enuncia-se o facto das plataformas de acesso aberto e de partilha *online* promoverem a criação de inventários PCI hipermédia que funcionam como ferramentas de agregação permitindo sistematizar e criar pontes entre o conhecimento produzido por diferentes métodos – dados síntese, análises e estudos complexos, documentação, recursos audiovisuais e hipermédia; a possibilidade de *linkar* e relacionar o património cultural imaterial com o património material e natural; a vantagem de incluir informação diversificada, de diferentes fontes, potenciando a diversidade de pontos de vista e as representações sobre uma mesma expressão cultural; o facto da informação estar organizada, indexada, e por vezes mapeada, podendo ser consultada através de diversos termos de pesquisa ou por georreferência; a possibilidade de registar a evolução e mudanças do PCI ao longo dos tempos,

atualizando periodicamente a informação (o que diminui o risco de “fossilizar” ou simplificar a caracterização dos elementos); o aumento da visibilidade do PCI através da partilha de informação em plataformas de projeção mundial, extravasando o conhecimento para lá do local onde o elemento é praticado.

Como aspetos a ponderar com algum cuidado assinala-se: a proteção dos direitos intelectuais e de outros direitos dos CGIs quando a informação é publicada e partilhada na Internet; o uso de plataformas de projeção mundial cujos fins são, principalmente, comerciais; o facto da criação de plataformas digitais do PCI estar demasiado dependente do financiamento de projetos limitados no tempo, não se precavendo eficazmente a manutenção, atualização e a sobrevivência dessas plataformas no período pós-projeto; a necessidade de equipas de apoio especializadas para moderar a utilização das plataformas de acesso público; a constante e rápida evolução das tecnologias da *web*, dos dispositivos e do *software*, o que implica um permanente investimento nos meios humanos e tecnológicos para garantir a longa e efetiva disponibilidade da informação *online*; o facto de nem todos os e-inventários terem sistemas de pesquisa avançada ativos, diminuindo as potencialidades de consulta e cruzamento de dados; o perigo de confundir quer as plataformas digitais, quer a base de dados e o arquivo audiovisual (património digital) com o património cultural imaterial *per se*; o perigo de considerar o conhecimento produzido por meios tecnológicos e multimédia como a “realidade” e não uma nova representação do PCI.

Destacando a questão da participação dos CGIs na criação e implementação das plataformas digitais as vantagens apontadas são: o acesso aberto e a partilha *online* que potencia a participação através da criação de novas “zonas de contacto” e, conseqüentemente, a criação de novas comunidades “patrimoniais”, de “prática” ou “virtuais” (compostas por um número diverso de atores); a possibilidade dos CGIs, voluntariamente, contribuir no registo, documentação e inventariação do PCI; a facilidade de pesquisa e de acesso à informação por parte de um número alargado de pessoas, democratizando-se a difusão dos conteúdos a custos reduzidos; a possibilidade de, quem consulta as plataformas digitais, desenvolver uma leitura não linear das informações, usufruindo de uma experiência autónoma, pessoal e interativa podendo organizar, usar e partilhar no ciberespaço ou fora dele os conhecimentos disponíveis na net; a possibilidade de divulgar, através destas plataformas digitais e dos conteúdos audiovisuais e outros, o que está a ser feito no âmbito da salvaguarda do PCI, permitindo que a sociedade conheça não só as expressões da cultura imaterial, o seu contexto, o seu estado e as suas funções sociais, mas também o papel e o tipo de participação dos CGIs nesses processos.

Como aspetos a ponderar com alguma preocupação destaca-se: a questão da infoexclusão — os CGIs que, por não terem os conhecimentos necessários ou o acesso à Internet, ficam excluídos de participar em iniciativas de salvaguarda concebidas no contexto digital; a falta de investigação sobre a forma como o uso de meios audiovisuais e novas tecnologias afeta a evolução e características dos elementos documentados por esses meios e, por fim, a fraca demonstração do real envolvimento dos CGIs nos processos de inventariação *online*.

Também entre quem gere as plataformas digitais dedicadas ao PCI se verifica a posição dominante dos Governos. No *Map of e-Inventories of Intangible Cultural Heritage* (Sousa, 2017), do total de 158 e-Inventários PCI⁴¹ identificados, 118 (75%) estão sob a tutela dos Estados - Ministérios, Secretarias, Administrações Regionais ou Departamentos ligados ao setor da Cultura, mas também ao Turismo, à Economia, aos Negócios Estrangeiros e a outros setores. Seguem-se 20 inventários coordenados pelos Centros UNESCO de Categoria 2; 12 inventários promovidos por ONGs, associações ou fundações; 7 por Comissões Nacionais da UNESCO e 1 a título individual.

Sobre a centralidade dos Governos no mundo digital do PCI é ainda de mencionar as conclusões do trabalho de Severo e Venturini (2015) e a análise que fizeram sobre as conexões sociais (internacionais, nacionais e locais) promovidas em plataformas digitais de PCI franceses, italianos e suíços (construindo um *web mapping* através dos *hyperlinks* existentes nessas plataformas). Os autores referem que os *sites* das instituições governamentais nacionais, em particular dos Ministérios da Cultura, centralizam as ligações com outros *sites*, assumindo uma posição de autoridade no que diz respeito à presença do PCI na *web*. A visibilidade destes é maior que a visibilidade das plataformas promovidas pelos CGIs que, mesmo tendo uma presença ativa na *web*, são em menor número e ocupam uma posição periférica. Os *sites* dos CGIs são usualmente informais, especializados numa única expressão cultural e as poucas ligações que fazem para outras localizações da *web* direcionam para *sites* e *blogs* de outros CGIs, raramente remetem para plataformas governamentais, mostrando que, também no mundo digital, a conexão entre as comunidades, grupos e indivíduos e as instituições governamentais centrais é residual.⁴²

Sobre a infoexclusão, a análise do Mapa dos e-Inventários PCI corrobora a existência de disparidades no número de e-inventários identificados por região geográfica. Do total

⁴¹ Coligidos a partir dos relatórios que os Estados-parte submetem à UNESCO e da informação recolhida através do motor de busca Google para 198 países - 46 da Europa; 31 países da América Latina e Caraíbas; 37 da Ásia-Pacífico; 42 países de África; 18 países dos Estados Árabes e 24 países que, em 2017, não tinham ratificado a Convenção 2003.

⁴² Severo e Venturini (2015) identificam, contudo, diferenças nas estruturas das redes que espelham as características do sistema cultural de cada país. Por exemplo, um sistema mais centralizado na França e menos centralizado na Suíça.

dos e-inventários mapeados 53% (83 dos 158) são de países europeus. Não se registam inventários em 129 países, sendo África a região com menos inventários *online*.

Entre o conjunto de artigos consultados e que se debruçam sobre os processos de inventariação que usam plataformas digitais identificam-se dimensões de análise específicas, umas mais exploradas que outras, dependendo do projeto. Se atendermos à generalidade dessas dimensões pode-se agrupá-las nos seguintes temas:

- a) os conteúdos – a informação sobre o *corpus* dos inventários (os modos de recolha de informação, o uso de informação de outras plataformas e/ou produção de informação original; o recurso a fontes primárias e fontes secundárias; os tipos de registos - escrito, áudio, visual, multimédia; os domínios e categorias do PCI; a língua, etc.);
- b) a estrutura – a organização dos e-inventários (os campos e fichas de inventariação; a forma de introduzir os dados; a tecnologia *web*, as plataformas de acesso aberto e o *software* utilizados; o *layout*, os menus, os sistemas e os instrumentos de navegação e de pesquisa; a ligação e interdependência dos conteúdos);
- c) a produção e gestão das plataformas e a participação dos CGIs – quem tem acesso à estrutura dos dados? Quem contribui com informação, quem a preenche, modera e gere? (administradores, editores e utilizadores e os respetivos níveis de autorização); as metodologias participativas e o uso de técnicas informativas, consultivas e de decisão sobre o planeamento, a implementação e a gestão das plataformas
- d) a acessibilidade e usabilidade – quem usa e como usa os e-inventários? quem consulta e utiliza as bases de dados? – os tipos de públicos (a população em geral, os CGIs, académicos, instituições, estudantes, etc.); os tipos de navegação e pesquisa realizados; as ligações a outras estruturas *online* (redes sociais, fóruns, portais de acesso aberto e comunidades virtuais, etc.); as dinâmicas de consulta e o recurso a novas tecnologias (os hipermédia, o *streaming*, fotos 360°, realidade virtual, realidade aumentada e outros).⁴³

⁴³ Também Rodil e Rehm (2015), a partir da triagem de artigos publicados no *International Journal of Intangible Heritage* (2006-2014), identificaram diferentes dimensões de análise sobre a utilização de meios tecnológicos na salvaguarda do PCI (a que denominaram “Modelo Tripartido de Digitalização”). Resumindo, os autores referem as dimensões: 1) “captura” - a forma e o tipo de informação recolhida e registada; 2) “representação” – o tipo de tratamento dos dados e a forma como estes são estruturados e relacionados para posterior consulta e 3) “disseminação” – o modo como as novas tecnologias são utilizadas para divulgar a informação inventariada (através do uso de estratégias estáticas, dinâmicas ou interativas). Concluíram que os meios utilizados em cada uma das fases são bastante padronizados não fazendo uso de métodos realmente participativos ou inovadores. Referem que apenas alguns autores usam ferramentas tecnológicas para a recolha e o registo da informação, usualmente a gravação áudio e vídeo, e raros são os casos onde os CGIs estão envolvidos nesse processo. Sobre o modo como os dados são estruturados os autores consideram que são dadas poucas especificações técnicas acerca dos modelos utilizados e não se percebe a participação dos CGIs na decisão sobre como deve ser apresentada a informação. Por fim, em relação à disseminação, referem que esta se resume, na maior parte das vezes, a uma página na net para a divulgação do projeto.

Considerando novamente o Mapa dos e-inventários PCI (Sousa, 2017), constata-se que a maioria das plataformas integra expressões dos cinco domínios do PCI (84%), organiza a informação em bases de dados (74%) e apresenta uma organização “tradicional” dividida em campos de inventário. Os dados mais frequentes, presentes em quase todas as bases de dados, são: o nome do elemento, o domínio do PCI, a localização, a descrição (sumária ou detalhada) e o registo multimédia. A maioria dos e-inventários é pesquisável de 3 modos: a partir de palavras-chave, a partir do nome do elemento e/ou do domínio do PCI. Menos convencionais e em menor número são os inventários que fazem a georreferencia dos elementos ou os que usam o sistema *Wikipédia*, destes últimos falaremos mais adiante.

Sobre as metodologias participativas, a análise do Mapa indica que 66% dos inventários enunciam, à luz da Convenção, a importância do envolvimento dos CGIs, mas, a maioria, não pormenoriza o método utilizado. Citam o art.º 15.º da Convenção sem esclarecer sobre a sua operacionalização. Declaram que as “práticas consuetudinárias” foram respeitadas e foi obtido o “consentimento das comunidades” para a respetiva salvaguarda e implementação do inventário, mas raramente descrevem o processo que permitiu obter esse consentimento. Como já foi referido, dos 158 apenas 22 inventários (14%) anunciam de forma visível o carácter colaborativo da inventariação e apelam à participação direta dos praticantes das expressões culturais, das instituições locais, de outros atores e da população em geral (id. ibidem, 2017).

Apresentamos de seguida cinco exemplos de e-inventários que, entre a minoria anteriormente referida, disponibilizam instruções para a participação permitindo a submissão de propostas de elementos por parte dos CGIs. Projetos escolhidos por estarem descritos e serem objeto de reflexão crítica em vários artigos da bibliografia consultada.⁴⁴ Dois desses e-inventários seguem uma estrutura de participação convencional, assente numa base de dados privada, de acesso restrito, sujeita a autorização e registo: o *Inventário PCI da região fronteiriça Itália-Suíça* (Artese & Gagliardi, 2017) e o processo de inventariação nacional na Estónia (Tamm, 2017). Os outros três inventários seguem um modelo menos convencional, assente no sistema *Wikipédia* de acesso livre: o *Inventário - ICH Scotland*, o *Inventário da Cultura Viva da Escócia* (Giglietto, 2014; McCleery & McCleery, 2016; Orr & Thomas, 2016); a *ICHPEDIA – Enciclopédia do Património Cultural Imaterial da República da Coreia* (Park, 2014) e a *Wiki do Património Vivo da Finlândia* (Kivilaakso & Marsio, 2017).

⁴⁴ Artigos da autoria de investigadores ou profissionais que estiveram envolvidos ou acompanharam de perto a conceção desses inventários.

O trabalho desenvolvido por Artese e Gagliardi (2017) exemplifica o tipo de investigação cuja finalidade é a conceção de raiz de uma estrutura de informação que permite a gestão de elementos PCI na *web* contemplando o uso de novas tecnologias, os modos de organizar e interrelacionar conteúdos e as necessidades de diferentes utilizadores. Através do projeto *E.C.H.I.2 - Etnografie italo-svizzere per la valorizzazione del patrimonio immateriale* (2007-2013),⁴⁵ identificaram-se as características e ferramentas requeridas para o funcionamento do inventário PCI da região fronteiriça Itália-Suíça e, com base no *corpus* do *Archivio di Etnografia e Storia Sociale della regione Lombardia*, definiram um *modus operandi*, um sistema técnico e o *software* necessário para criar uma plataforma de inventariação de elementos do património cultural imaterial dirigido ao público em geral - o *intangibilesearch*⁴⁶ Nessa plataforma, através da secção “*community*”, qualquer pessoa pode sugerir a inscrição de elementos através do preenchimento de um formulário. A qualidade da informação remetida *online* é assegurada por funcionários da região da Lombardia que controlam e validam a “ficha de inventário”. Os CGIs podem ainda sugerir elementos ou enviar informação atualizada através de comentários e conteúdos audiovisuais partilhados no canal *YouTube* ou na página *Facebook* do projeto.

Epp Tamm (2017) enuncia o *Inventário Nacional da Estónia* (promovido pelo Ministério da Cultura da Estónia através do *Folk Culture Centre*) segundo um processo de *crowdsourcing*, denomina-o desta forma porque os elementos são registados pelos CGIs através de uma chamada pública para submissões. Segundo Tamm, se os elementos propostos pelos CGIs correspondem à definição da Convenção eles são inscritos no inventário. O processo de inventariação enquadra-se, contudo, num programa mais vasto que iniciou com a criação do Conselho da Estónia para o PCI - um órgão consultivo de especialistas - e a criação da Câmara do Património Cultural Imaterial do *Folk Culture Centre* - que secretaria o Conselho, organiza sessões de informação e capacitação, dá assessoria às comunidades e administra o Inventário Nacional. Implementaram, ainda, uma rede regional de instituições relevantes, ONGs, representantes das comunidades e 15 especialistas em cultura popular (um para cada divisão administrativa da Estónia). A inventariação iniciou com um projeto piloto, promovido entre 2007 e 2010, numa das ilhas da costa oeste da Estónia, em Hiiumaa. Atualmente, constam do Inventário Nacional 86 elementos propostos por CGIs de várias regiões da Estónia. As entradas, orientadas por diretrizes operativas, referem-se a expressões vinculadas a comunidades específicas ou a costumes praticados em todo o país. O Conselho analisa essas propostas antes da sua publicação e faz sugestões aos autores das submissões. A gestão da informação proposta por quem submete o elemento e as sugestões do Conselho é

⁴⁵ Projeto financiado pelo Programa Operativo da Cooperação Transfronteiriça Itália Suíça 2007-2013 (INTERREG), União Europeia (<http://www.echi-interreg.eu/>).

⁴⁶ <http://www.intangibilesearch.eu>

apontada por Tamm como uma das dificuldades do processo, no entanto, o autor da entrada tem o direito de recusar as alterações.

Uma solução adotada em alguns países para a criação do inventário *online*, orientado a partir de uma abordagem participacionista, assenta em plataformas baseadas em *wiki software* e inspiradas no conceito do *Wikipédia*. A Escócia⁴⁷ foi pioneira na implementação de um inventário desta natureza, o *ICH Scotland*, desenvolvido numa parceria entre o *Museums Galleries Scotland* (MGS), o *Scottish Arts Concil* e o *Scottish Committee of the United Kingdom Commission for UNESCO*. A *Edinburgh Napier University* foi a entidade responsável pela análise e mapeamento do PCI no território, o que culminou num relatório publicado em 2008 com a recomendação da criação de um inventário *online* utilizando o formato *wiki*.⁴⁸ A estratégia escocesa de promoção do inventário foi diversa e sujeita a ajustamentos durante o período de 2009 a 2011: *workshops* e formação para funcionários do MGS e de autoridades locais, divulgação nas redes sociais (*blog*, *Facebook* e *Twitter*), publicação de uma *newsletter* trimestral, distribuição de posters, panfletos e packs promocionais em bibliotecas e centros comunitários, uma série de seis documentários de curta duração disponíveis no *Youtube* e ações de informação e sensibilização junto a comunidades para criar registos no inventário (Giglietto, 2014; McCleery & McCleery, 2016; Orr & Thomas, 2016). Apesar dessas atividades de divulgação, segundo Giglietto (2014) o *wiki*-inventário não obteve o resultado esperado junto da população, com registo de poucas entradas. No sentido de colmatar esse aspeto, em 2015, o MGS revitalizou o *ICH Scotland*, implementando melhorias relacionadas com a usabilidade e pesquisa no *site*.⁴⁹

A inscrição de elementos no inventário é realizada em tempo real e sujeita a uma moderação “ligeira” (“*light-touch approach*”) – funcionários da MGS analisam as entradas após a publicação confirmando, através da pesquisa de palavras-chave, que a informação não inclui conteúdos impróprios. A informação original e a revisão são guardadas e armazenadas (Orr & Thomas, 2016).

Entre 2010 e 2012, a equipa do projeto *ICHPEDIA*,⁵⁰ constituída por investigadores de vários campos disciplinares, realizou inquéritos, trabalho de campo e investigação sobre

⁴⁷ O Reino Unido não ratificou a Convenção 2003 e a Escócia, como território desse país, não tem autonomia para a ratificar. O parlamento escocês tem, contudo, legitimidade para decidir sobre questões internas, incluindo o património cultural.

⁴⁸ <http://ichscotland.org/>

⁴⁹ Com a utilização de licença Creative Commons aplicada a todo o *site* e recurso à plataforma Drupal (<https://www.drupal.org/>). Também neste contexto Giglietto (2014) apresenta o projeto CURIOS para expandir a utilização do *ICH Scotland*. Identificou comunidades que pudessem servir como estudos de caso para: a) determinar a eficiência do software *wiki* para promover a participação do CGIs e b) perceber como este recurso pode resultar no aumento do empoderamento da comunidade. As linhas metodológicas a adotar seriam a pesquisa-ação e a pesquisa etnográfica através de observação participante – sessões de formação e eventos públicos – e a condução de entrevistas em profundidade a informantes-chave. À data desta publicação não encontramos informação atualizada sobre os resultados destas iniciativas.

⁵⁰ <http://www.ichpedia.org/>

o PCI na República da Coreia, o que resultou na criação de uma plataforma digital – um sistema de enciclopédia e arquivo com base no *Wikipédia*, uma combinação de *software* grátis e aberto que permite o registo *online* de elementos de PCI, com recurso a texto, fotos, áudio e vídeo. A plataforma permite a pesquisa dos dados categorizados por região, sub-região e domínio, ressaltando possíveis conexões entre elementos (Park, 2014). Os intervenientes, ao aceder ao portal (conceptualizado em função dos potenciais utilizadores - praticantes, comunidades, oficiais do governo, investigadores, ONGs, etc.) podem fornecer ou modificar informação que é partilhada em tempo real (mantendo-se visível o histórico de todas as alterações). A plataforma contém orientações sobre a sua utilização e a equipa providencia assistência quando necessário (especialmente a comunidades sem acesso à internet). Sem especificar os métodos e técnicas de participação, Park (2014) refere que o sistema potencia a criação de redes de trabalho, grupos de interesse e de discussão. Como aspetos a melhorar o autor destaca as questões do controle da qualidade da informação, nomeadamente a garantia da fiabilidade dos dados e dos direitos de propriedade sobre os conteúdos publicados ou a garantia de que os elementos inscritos não envolvem práticas que violam os direitos humanos (id. *ibidem*, 2014).

O *wiki-inventário para o Património Vivo*⁵¹ da Finlândia foi desenhado e implementado pelo *National Board of Antiquities* em colaboração com membros do *wiki-community* e com consulta aos CGIs (Kivilaakso & Marsio, 2017). O projeto foi incluído no plano de implementação da Convenção 2003 (ratificada pela Finlândia em 2013) publicado em 2015 e precedido por um pré-projecto com a duração de 12 meses sustentado por dois estudos – o primeiro com a análise da implementação da Convenção em 15 países e o segundo com a análise dos resultados de 10 grupos de discussão e de dois inquéritos por questionário. Kivilaakso e Marsio (2017) referem que, para além da visibilidade do *wiki-inventário* nos media e nas redes sociais - página no *Facebook*, *Twitter* e *Youtube* -, a ferramenta chave da promoção foi a realização de seminários regionais, em seis províncias diferentes, e seminários temáticos (sobre artesanato, a natureza, o circo, a minoria Sami, a minoria Roma e a minoria finlandesa de língua sueca) que reuniram participantes de diversa natureza, desde praticantes, minorias étnicas, ONGs, museus, instituições de formação, conselhos regionais, conselhos de artes e universidades. Eventos de um dia que reuniram 50 a 100 participantes e cujos resultados estão disponíveis no *site* e no canal *Youtube* do projeto. Outra medida adicional foi a criação de três “Círculos do Património Vivo”⁵², *networks* de *multi-stakeholders* (cada com 20 ONGs e outras instituições) que atuam como órgãos coordenadores para encontros e

⁵¹ <https://Wiki.aineetonkulttuuriperinto.fi/>

⁵² Um conceito semelhante foi utilizado na Suécia (Kivilaakso & Marsio, 2017)

ações de salvaguarda comum: o círculo do “Artesanato”, o da “Natureza” e o da “Música e dança folk”.

Lançada publicamente em 2016, a plataforma *online* da Finlândia é preenchida diretamente pelos CGIs que aí publicam a informação sobre os elementos PCI, cobrindo os vários domínios e todo o território finlandês. A plataforma é moderada pelo organismo responsável pelo PCI na Finlândia que comenta os conteúdos e solicita pareceres a especialistas quando necessário. Para além de aberto a todas as propostas dos CGIs, o sistema é monitorizado para verificar se o número de contribuições abrange todos os domínios do PCI e todas as regiões do país, verificando, ainda, se a diversidade cultural está refletida nos conteúdos. Se isso não estiver a acontecer e a representatividade não estiver garantida, os promotores planeiam novas ações, estabelecem novas parcerias e promovem *workshops* ou seminários com grupos relevantes. Em 2017, um ano após a implementação, o inventário contava com 100 submissões.

A partir dos elementos do *wiki*-inventário o Ministério da Educação e Cultura da Finlândia espera que os CGIs, em resposta a chamadas públicas, proponham elementos para construir um *Inventário Nacional do Património Vivo*. Neste caso, a decisão final sobre quais os elementos a inscrever é do Ministério, com base numa proposta do *National Board of Antiquities* e do grupo de especialistas nas questões do PCI. Perante esta dualidade de inventários – o *wiki* amplo e de acesso aberto e o Inventário Nacional, institucionalizado e mais restrito – Kivilaakso e Marsio (2017) questionam-se sobre as influências de um sobre o outro e colocam a hipótese dos efeitos da mediatização do segundo provocarem alguma desconsideração em relação ao *wiki*-inventário, com os CGIs a considerarem como “mais valiosas” as expressões inscritas no Inventário Nacional.

Concluindo, para além das vantagens enunciadas sobre as plataformas digitais PCI (no caso das do modelo *wiki*, acrescidas pelo facto deste sistema permitir que qualquer pessoa introduza e edite informação) a configuração do inventário *online* não é só por si garantia de participação e envolvimento dos CGIs. Nos cinco projetos descritos torna-se evidente a necessidade de implementar medidas complementares para a sua divulgação no sentido de sensibilizar e informar o público em geral, mais precisamente os CGIs, para o reconhecimento da importância deste instrumento para a salvaguarda do PCI e capacitá-los para utilizarem esse recurso para seu benefício. As dificuldades assinaladas lembram-nos as desvantagens já apontadas acerca das técnicas que remetem, acima de tudo, para a consulta pública através de sistemas *online* – o facto de não se basearem no contacto pessoal, de não produzirem um forte sentimento de pertença e envolvimento nas pessoas – e por isso serem recomendadas como parte de

uma metodologia mais ampla que implique técnicas de aproximação e de relação com os CGIs. Assim revelam-se muito importantes iniciativas como o acompanhamento das práticas *in situ* no processo de registo e inventariação do PCI, *workshops*, seminários, círculos temáticos, conselhos de cidadãos, redes de trabalho, fóruns, etc.

Também a figura do “representante” dos CGIs assume, nos sistemas de resposta a chamadas de submissão, um papel nem sempre fácil de caracterizar. Segundo Tamm (2017), essa pessoa⁵³ deve defender o valor social da transmissão de PCI dentro e fora da comunidade, mas também deve ser capaz de construir uma visão geral analítica. Por outro lado, o representante, autorizado pelas comunidades, grupos ou indivíduos, deve fornecer a informação que espelhe a diversidade de interpretações dos CGIs. No caso da Estónia, Tamm conclui que muitas dessas interpretações carecem de esclarecimentos e discussão – por exemplo, embora as políticas de salvaguarda desencorajem a ideia da preservação da “autenticidade” ou da “distinção”, a autora refere que há comunidades, grupos e indivíduos que ainda valorizam o PCI por essa perspetiva, desvalorizando ou não identificando como património bens culturais mais comuns. Ou seja, a questão da informação ganha, mais uma vez, contornos importantíssimos. Neste caso não só porque mais informação promove maior participação, mas também porque uma participação informada afigura-se mais democrática sendo provável que as deliberações que advenham da mesma tenham efetivamente repercussões positivas sobre a salvaguarda do património. Inversamente, uma participação pouco esclarecida pode ter mais desvantagens que vantagens.

Por fim é de referir uma evidência. Os sistemas que permitem ao público introduzir e/ou editar informação colocada *online* envolvem riscos e preocupações. As pessoas podem partilhar informações ou conteúdos quando não têm o direito ou autorização para o fazer, podem estar a publicar conteúdos impróprios ou, se tiverem acesso a entradas de terceiros (como acontece no sistema *wiki*), podem apagar ou vandalizar informação publicada por outros. Por esse motivo os promotores das plataformas tomam precauções e implementam sistemas de moderação e controle sobre as entradas dos inventários. Mais uma vez, e também no mundo digital, o papel do moderador é muito importante e carece de competências próprias – não só para verificar e editar a informação, mas essencialmente para cooperar e motivar os CGIs dando-lhes o conhecimento e os instrumentos necessários para se autonomizarem no processo de inventariação. Conforme foi possível verificar nos casos descritos, o controle pode ser mais ou menos restrito, com as instituições a procederem ao chamado “*heavy-handed*” quando a edição dos conteúdos é feita antes da publicação e sobre a sua autoridade (com o perigo de desautorizar os CGIs); ou numa aproximação “*light-touch*” quando só

⁵³ Ou os representantes/pessoas [nosso comentário].

visionam os materiais após publicação identificando conteúdos não éticos ou impróprios (com o perigo de não garantir totalmente a fidelidade da informação ou os direitos associados). Outro sistema *“light-touch”*, considerado ideal, consiste em encorajar os CGIs a moderarem-se entre si mesmos, sendo os próprios a estabelecer os limites e o comportamento aceitável, definindo regras e chegando a consensos sobre os objetivos e as características dos conteúdos a publicar.

Conclusão

Entre a teoria e a prática – uma distância a encurtar

Confrontando as teorias enunciadas na primeira parte desta publicação com as práticas e os resultados das abordagens participacionistas descritos na segunda parte, resumimos de seguida as conclusões desta pesquisa. Elaboramos ainda uma sugestão de metodologias e técnicas participativas que poderá adequar-se a diferentes momentos do processo de patrimonialização da cultura imaterial. Proposta que deve ser entendida como flexível e modificável conforme os contextos culturais.

Enquanto conclusão pode parecer redundante voltar a enunciar o principal objetivo da Convenção UNESCO 2003 – assegurar a viabilidade e sustentabilidade do PCI, sendo os CGIs os principais atores do processo de salvaguarda –, no entanto, considerando as práticas, reforçar este enunciado continua a fazer sentido. Se teoricamente a participação dos CGIs é enfatizada nos discursos do PCI, na prática conclui-se que esse envolvimento é difícil de concretizar (Blake, 2009; Kurin, 2007; Severo & Venturini, 2015; Sousa, 2015).

Nas orientações e conceitos definidos nos diversos documentos legais associados ao PCI a agencialidade da patrimonialização da cultura imaterial recai nos CGIs. No entanto, se considerarmos quer a revisão de artigos sobre os processos colocados à consideração da UNESCO (os relatórios dos Estados-parte e candidaturas para a inscrição de elementos nas Listas Mundiais), quer a revisão de artigos sobre projetos de implementação verifica-se que a abordagem participativa subjacente ao “espírito da Convenção 2003” ainda está longe de ser efetiva. Nessa análise identificaram-se, no âmbito do PCI, 5 aspetos que dificultam essa concretização (Adell, 2015; Artese & Gagliardi, 2017; Barbe et al., 2015; Blake, 2015 e 2018; Bortolotto, 2015; Deacon & Bortolotto, 2012; Gonzalez, 2016; Herzt, 2015; Janssens et al., 2013; Kivilaakso & Marsio, 2017; Kurin, 2007; Park, 2014; Shankar, 2010; Sousa, 2017; Tamm, 2017; Tauschek, 2015; Van Uytsel, 2012; Wendland, 2009):

1. a excessiva centralidade dos Estados-parte nos processos de patrimonialização;
2. A diversidade das interpretações dos conceitos;
3. A falta de informação entre os CGIs;
4. A falta de experiência na dinamização de equipas compostas por diferentes atores;
5. A falta de método e de profissionais para operacionalizar a participação dos CGIs.

Descrevemos de seguida, sucintamente, cada um destes itens. Obstáculos que durante a última década têm dificultado a implementação da abordagem participacionista da Convenção 2003.

A excessiva centralidade dos Estados-parte nos processos de salvaguarda

Aqui referimo-nos à tendência das entidades governamentais dos Estados-parte para centralizarem a definição de políticas, as tomadas de decisão e as ações para implementar a Convenção UNESCO 2003. Ou seja, a forte influência dos Estados que torna a participação dos CGIs e de entidades não-estatais dependente da estrutura dos governos. Desta forma, as medidas de salvaguarda desenvolvidas ao nível local, regional ou nacional, acontecem, na maior parte das vezes, não por iniciativa dos CGIs, mas por iniciativa do Estado ou de organizações internacionais. O próprio incentivo às metodologias participativas é ativado por recomendação dessas instituições e não pela motivação ou exigência dos CGIs.

Por exemplo, no âmbito dos processos de inventariação e na promoção de plataformas digitais PCI, esta pesquisa conclui que existe, perentoriamente, uma posição dominante dos Governos. Os e-inventários e *sites* das instituições governamentais nacionais, em particular dos Ministérios da Cultura, assumem uma posição de autoridade no que diz respeito à presença do PCI na *web* (Severo & Venturini, 2015; Sousa, 2017).

Sobre a inscrição de elementos nas Listas Mundiais, principalmente na Lista Representativa, verifica-se que é muitas vezes entendida pelos Estados-parte como instrumento de autopromoção, um título de honra que favorece a visibilidade internacional e os seus privilégios potenciando situações de apropriação indevida e politização do PCI. Ou seja, desvirtuando o principal objetivo dessa inscrição - destacar a importância do PCI e dos seus praticantes e transmissores (Khaznadar, 2013; Kurin, 2007; Sousa, 2015).

A diversidade de interpretações dos conceitos

Atendendo aos projetos descritos, verifica-se que os seus enunciados referem frequentemente a perspetiva democrática e participativa, enquadrando-os no âmbito da Convenção 2003, contudo, nem sempre os termos utilizados se adequam ao espírito desse documento, nomeadamente no que diz respeito às definições de “PCI”, “comunidade” e “participação”. Por exemplo, sobre o conceito de “património cultural

imaterial”, identificam-se algumas situações que avaliam as expressões culturais pelos critérios de “autenticidade” ou “raridade”; noutros casos trabalham-se elementos que não são “património vivo”, uma vez que remetem para representações, memórias e recriações de práticas extintas, sem função cultural ou social atual; é ainda possível encontrar situações em que as expressões culturais são retiradas do seu contexto original sem que se perceba o propósito desse procedimento ou os resultados ao nível da salvaguarda.

A dispersão, e até divergência, de definições acontece ainda sobre o significado de “comunidade” ou sobre as “formas de participação”. Neste caso não só entre promotores e participantes de projetos específicos, mas também entre os Órgãos da UNESCO (Secretariado e Órgão de Avaliação) e os Embaixadores e Delegados Nacionais que representam os governos no Comité Intergovernamental. Como foi referido, sobre estes termos, a Convenção, propositadamente, não apresenta nenhuma conceptualização concreta. Devido à sua complexidade remetem-se essas definições para a fase de implementação. Assim, desde 2006, foram redigidas diversas orientações para apoiar as práticas, muitas vezes resultado de amplos e complexos debates, nem sempre consensuais.

A flexibilidade conceptual, para além de se apresentar como um desafio e causar alguma instabilidade, não é usualmente interpretada como negativa, ela permite avançar e recuar conforme os resultados atingidos, sendo vista como uma oportunidade para aperfeiçoar técnicas e métodos em projetos exploratórios. Porém, após uma década de experimentação, importa avançar com uma pesquisa compreensiva sobre os resultados e o impacto dos processos participativos. Interessa estruturar conclusões para avançar na direção de uma efetiva abordagem democrática, analisando as dificuldades, vantagens, boas práticas ou pistas que sustentem novos e mais eficazes modos de ação (Deacon & Bortolotto, 2012; União Europeia, 2018).

Assim, sobre a definição de “comunidade” (não esquecendo o perigo subjacente à utilização de um conceito único, homogéneo, populista ou até “romantizado”) atualmente, e em termos genéricos, sublinha-se seu carácter coletivo e amplo, não a limitando a aspetos étnicos ou territoriais. Destaca-se o modo como as “comunidades” refletem a relação de uma ampla rede social (de diferentes atores) com o PCI.

Sobre o conceito de “participação” para além de diverso, subentende-se que este corresponde a um processo com métodos e técnicas próprias (por exemplo, de consulta, aconselhamento, debate ou intervenção/ação) que, num propósito democrático e de empoderamento, leva os CGIs a envolverem-se na concretização de ações de salvaguarda do PCI (Bakar et al., 2014; Hertz, 2015).

A falta de informação entre os CGIs

Para além de residual classificámos a atual participação dos CGIs nos processos de patrimonialização do PCI como pouco informada. É geralmente através dos media que a sociedade civil conhece a expressão “património cultural imaterial”. Muitas pessoas entendem que o PCI se refere às “tradições” e têm conhecimento de que os Estados candidatam elementos para inscrição em Listas Mundiais, mas muitas desconhecem o teor da Convenção 2003. São ainda escassos os esclarecimentos sobre os modos de identificação, valorização, estudo e salvaguarda do PCI local e nacional.

A questão da informação tem contornos importantíssimos. Por um lado, a participação depende da informação disponível. Uma população informada corresponde a uma maior participação. Por outro lado, a participação informada afigura-se mais democrática. Por exemplo, sem informação sobre o que é o “espírito da Convenção” a narrativa tradicionalista tende a prevalecer, valoriza-se recorrentemente o carácter “autêntico” das expressões culturais. Isto porque essa é a narrativa conhecida, mas não se pode presumir que a mesma se mantém depois dos CGIs conhecerem outras abordagens. Informar e decodificar competentemente a Convenção 2003 é ajudar a construir opiniões e críticas fundamentadas.

No ponto i) do item a) do Artigo 14 da Convenção 2003 enuncia-se a necessidade de implementar “*programas educativos, de sensibilização e informativos destinados ao público*”. Está na hora das instituições governamentais e/ou não governamentais começarem a implementar de forma séria e consistente esses programas.

A falta de experiência na dinamização de equipas compostas por diferentes atores

Neste caso referimo-nos à falta de experiência em dinamizar equipas compostas por atores com diferentes qualificações, de diferentes origens sociais e diferentes meios profissionais, de diferentes localidades e com diferentes interesses pessoais, mas que em comum têm a relação com determinada expressão cultural imaterial e o objetivo de salvaguardar esse património. A falta de experiência e a dificuldade em promover um trabalho cooperante e em rede entre CGIs, organizações administrativas, organizações científicas e patrimoniais, organizações não governamentais, privados e outros.

Um dos principais entraves a essa cooperação é a ainda forte influência do tradicional “discurso patrimonial autorizado”. O discurso que defende a ideia de que apenas os especialistas e a academia têm autoridade para definir o que é o património, para produzir conhecimento e para implementar medidas de salvaguarda. Ou seja, a

perspetiva *etic* que não reconhece competências aos CGIs para a salvaguardar o seu património e vê a sua participação como um procedimento inadequado e populista. Posicionamento que predomina no âmbito do património material e natural, mas que “contamina” o imaterial, isto para além de todas as recomendações que se façam no sentido contrário.

Porém, situando-nos no âmbito da Convenção 2003 e das Diretrizes Operativas, são evidentes a mudança de paradigma e a valorização da perspetiva *emic* que primazia o valor do conhecimento, das “vozes” e das vontades dos CGIs. Idealmente (considerando sempre e em primeiro lugar a relevância do PCI para os atores que o praticam, mantêm e transmitem) seria importante desenvolver um trabalho colaborativo nas várias fases do processo conseguindo o equilíbrio entre a participação das comunidades, grupos e indivíduos e o trabalho instruído por competências técnicas e científicas que orientam a salvaguarda. Para tal seria necessário implementar a denominada *Ação Responsável e Sustentável* - o trabalho de equipa e a responsabilidade partilhada entre CGIs, investigadores, profissionais do património, cidadãos, representantes do governo central, administradores locais e regionais e outros. Nessas circunstâncias, os objetivos, planos e ações têm de ser definidos em conjunto e a linguagem e os conceitos têm de ser entendidos da mesma forma por todos. Ou seja, para disseminar o “espírito da Convenção” é necessário ultrapassar a ambiguidade e complexidade dos conceitos e, entre parceiros, descodificar esse documento, explicando e discutindo, passo a passo e em detalhe, os seus possíveis significados.

A manutenção de um trabalho colaborativo implica o diálogo e a negociação, tal como implica atitude crítica e denúncia de situações de apropriação indevida. Um trabalho orientado por princípios éticos, potenciando o verdadeiro empoderamento dos CGIs, a diversidade e o diálogo intercultural.

A falta de método e de profissionais para operacionalizar a participação dos CGIs

Se no ponto anterior sublinhou-se a necessidade de desenvolver a salvaguarda do PCI através da organização e dinamização de equipas diversas, plurais e democráticas, neste item destaca-se a importância do envolvimento dos CGIs como algo a estimular e moderar por profissionais competentes na aplicação das metodologias participativas. Sobre este assunto conclui-se nesta pesquisa que, teoricamente, associa-se a participação dos CGIs a todas as fases e medidas de salvaguarda, contudo, na prática, falta criar os mecanismos e envolver os profissionais que podem promover de forma adequada essa participação. Isto é, falta difundir a utilização das metodologias

participativas e respetivas técnicas. Aspeto frequentemente enunciado nos discursos do PCI, mas menos frequentemente financiado, aplicado e avaliado nesse âmbito.⁵⁴

As conclusões de estudos críticos e analíticos sobre documentação e processos apresentados à UNESCO e as conclusões de estudos empíricos demonstram que a aplicação da abordagem participativa ainda não tem expressão significativa em diversas medidas de salvaguarda, nomeadamente em programas de educação, formação e capacitação. Um pouco mais desenvolvidas são as iniciativas no âmbito da inventariação (a que dedicámos especial atenção nesta pesquisa) e a inscrição em Listas Mundiais. Mas também aqui nem sempre são claros quais os níveis de participação aplicados: consulta através de recolha de informação? Formação de Conselhos? Criação de parcerias estratégicas? A ação implicada dos CGIs como decisores? Outros?

Questionável é ainda a produção dos “consentimentos” dos CGIs para a implementação das medidas. Raramente se esclarece se são fruto de referendo, voto ou consenso, raramente se demonstra que é livre, prévio, esclarecido e sustentável, ou se reflete a diversidade cultural. Também a figura do “representante” das comunidades e dos grupos nem sempre é caracterizada convenientemente, arriscando apropriações indevidas desse papel.

Considerando em particular a inventariação, não é fácil entender se os CGIs participaram na definição da estrutura do inventário, no seu preenchimento, na recolha de documentação e na produção e realização dos recursos audiovisuais ou outros conteúdos associados. A maioria dos inventários não pormenoriza o método participativo utilizado.

No que diz respeito à participação nos projetos de salvaguarda do PCI conclui-se que é fundamental definir, *a priori*, um plano, mesmo que preliminar, que responda às seguintes questões (Adnan et al., 1992; Community Places, 2014; Pretty, 1994; União Europeia, 2018):

- Quem são os CGIs? Quem vai participar no processo?
- Vão participar em que ações de salvaguarda?
- Quem tem legitimidade para representar as comunidades e os grupos?
- Que métodos e suportes documentam o livre, prévio e esclarecido consentimento dos CGIs para avançar com esse plano?

⁵⁴ Metodologias já muito estudadas e experimentadas em diferentes campos, especialmente desde os anos 70 do século XX - na gestão e administração pública, no planeamento urbano, na sociologia, na psicologia, entre outros.

- Para cada um dos atores envolvidos, quais as motivações/objetivos da participação?
- Que tipo de participação se pretende dinamizar (consultiva, interventiva, mobilizadora)?
- Que metodologias participativas usar? Quais as técnicas a aplicar?
- Qual o calendário das ações?
- Quais os recursos materiais e humanos necessários?
- Como financiar esses recursos?
- Qual o perfil dos profissionais a contratar?
- Como avaliar o processo e os resultados/impacto das ações?
- O que se espera que aconteça pós-projeto?
- Como garantir a sustentabilidade das ações pós-projeto?
- Como avaliar as ações pós-projeto?

Uma prática recorrente, no nosso entender errada, é colocar profissionais do património ou das ciências sociais e humanas a dinamizar técnicas de metodologias participativas sem que, numa avaliação curricular, se verifique se possuem as competências necessárias para aplicar essas técnicas; sem que se verifique se têm habilitações e experiência em mediação, dinamização de grupos, ações de intervenção-ação ou outras valências. Raramente se vai além da qualificação em ciências sociais e de uma apreciação superficial sobre a personalidade empática da/o candidata/o - competência relacional importante, mas só eficaz se associada a competências teóricas e técnicas concretas.

Existem muitas áreas profissionais nas ciências sociais e humanas. Pensar que todos os formados nestas áreas são especialistas em metodologias participativas, é o mesmo que achar que todos os médicos são, por exemplo, cirurgiões. Há cientistas sociais especializados em métodos quantitativos, outros em métodos qualitativos, uns em perspetivas macro, outros em perspetivas micro, uns em pesquisa teórica, outros em pesquisa aplicada, uns em técnicas experimentais, outros em metodologias participativas, etc. Por outro lado, achar que ter um carácter empático é o suficiente para lidar com os CGIs e promover a sua participação é o mesmo que achar que se pode praticar enfermagem porque “se tem jeito para lidar com as pessoas”, sem que seja necessário adquirir outro tipo de competências. Ou seja, para envolver eficazmente os CGIs em ações de salvaguarda do PCI importa convocar equipas multidisciplinares e profissionais especializados – as ditas “figuras ponte”, os mediadores e facilitadores – e assumir que estes profissionais têm de ser altamente qualificados, com perfis definidos criteriosamente.

Outro aspeto que importa rever é a tendência dos promotores para implementarem apenas um tipo de método e um número limitado de técnicas. Em diferentes fases do processo de salvaguarda pode ser relevante utilizar diferentes metodologias. Por exemplo, numa fase de diagnóstico pode fazer sentido a consulta pública através de sistemas *online*, mas se se tem a pretensão de informar e descodificar a Convenção 2003 pode ser importante dinamizar grupos de trabalho que possibilitam o contacto direto com os CGIs e partem das suas experiências para esclarecer conceitos. No planeamento das medidas de salvaguarda pode justificar-se o uso de técnicas mais interventivas, onde os CGIs participam nas decisões. Antes da fase de implementação pode ser importante organizar ações de capacitação. Muito relevante será, durante o processo, conjugar as ações programadas com o acompanhamento das práticas *in situ*.

Para concluir apresentamos no Quadro 1 uma sugestão de estrutura aberta sobre vários métodos e técnicas que podem promover a participação dos CGIs nas diferentes fases do processo de salvaguarda do PCI. Uma proposta que, como foi referido anteriormente, deve ser entendida como uma abordagem teórica passível de se concretizar se modificada e ajustada ao contexto cultural onde se pretende aplicar. Perspetiva que está em sintonia com uma das recomendações da União Europeia (2018) sobre o uso das metodologias participativas na salvaguarda do património cultural e que, para terminar, passamos a citar:

*“Always keep in mind that there is **no participatory governance of culture model that provides a one-size-fits-all solution** to modernise the governance framework, policy formation and management of cultural heritage. Each situation has certain characteristics that must be weighed carefully before deciding on the model and level of participatory governance appropriate for a specific project or initiative”* (União Europeia, 2018: 59) [ênfase dos autores].

Quadro 1. Exemplos de métodos e técnicas para promover o envolvimento dos CGIs/fases do processo de salvaguarda do PCI

Fases do Processo de Salvaguarda		Métodos Participativos/Objetivo	Exemplos de Técnicas
Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none"> Identificação preliminar das práticas, dos CGIs e dos seus representantes; Caracterização atual dos CGIs (sociocultural e económica); Caracterização do atual nível de participação dos CGIs – obstáculos e potencialidades; Significados de PCI, Comunidade e Participação por ator; Vontade de participar, motivações, objetivos e expectativas por ator. (...) 	<p>Consultivo Informa. Questiona, analisa e relaciona informação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Aplicação de inquérito por questionário (a uma população alargada ou a uma amostra. Aplicação presencial, <i>online</i> ou por correio); Aplicação de inquérito por entrevista (presencial a atores chave e/ou a uma amostra); <i>Focus Groups</i>; (...)
Informação/ Valorização	<ul style="list-style-type: none"> A importância da salvaguarda do PCI – informar e estimular cooperação; Tutelas – instrumentos legais - Descodificação da Convenção 2003 da UNESCO; Conceitos – Salvaguarda, PCI, CGIs, Participação...; As diferentes medidas de salvaguarda; O projeto e os seus objetivos, plano preliminar e financiamentos; (...) 	<p>Informativo/Consultivo Informa. Questiona, analisa e relaciona informação. Mobilizador - nível básico Sensibiliza e envolve.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Chamada pública publicitada nos media, <i>online</i> e por convite para participação em Sessões Públicas de informação; Sessões Públicas - Conferências, Plenários, Fóruns e Seminários com o ambiente propício à intervenção dos diferentes atores sociais; Publicar e distribuir brochuras e folhetos; criar um <i>website</i> para centralizar informação; criar grupos ou comunidades nas redes sociais <i>online</i>; (...)
Planeamento/ Tomada de decisão	<ul style="list-style-type: none"> Identificação efetiva das práticas, CGIs e dos seus representantes; Construção de uma visão/objetivo comum para o projeto; O consentimento dos CGIs para iniciar projeto – que métodos/suportes? Medidas de salvaguarda a trabalhar – transmissão, inventariação...; Definição preliminar das ações a implementar; Metodologias participativas a usar por ação; Técnicas a aplicar por método; Calendário das ações; Recursos materiais e humanos necessários; Financiamento dos recursos; Perfil dos profissionais / definição e contratação da equipa; (...) 	Desenvolver consenso	<p>Mobilizador – nível médio Sensibiliza e envolve. Promove o compromisso e a responsabilidade partilhada. Promove a tomada de decisões e a concretização de soluções.</p> <ul style="list-style-type: none"> As técnicas referidas na linha anterior para o nível Mobilizador Básico; Seminários/<i>workshops</i> e Grupos de Trabalho onde seja possível promover: dinâmicas de grupo sobre o tema – <i>role play</i>, <i>brainstorming</i>, círculos temáticos, construção de mapas comunitários/culturais (por exemplo, para identificar e localizar práticas e CGIs); técnicas destinadas a facilitar o diálogo e ativar a confiança e a cooperação ...; Mesas Redondas, júris e/ou painéis de cidadãos; Criar plataformas de comunicação e partilha de documentos/informação – acessíveis dentro e fora da <i>web</i>; (...)
Ações/ implementação	<ul style="list-style-type: none"> Definição efetiva das ações de salvaguarda a implementar; Lançamento público do projeto; Pesquisa/Documentação/Inventariação; Salvaguarda das Práticas; Transmissão (formal e não formal); Educação; Formação; Capacitação; Promoção; Identificação de Boas Práticas; Sustentabilidade das práticas; Inscrição em Listas Representativas; (...) 	<p>Assegurar a responsabilidade partilhada. Manter o interesse/confiança dos participantes. Manter transparência e ética. Viabilizar a participação, partilha de experiências e soluções conjuntas. Respeitar a diversidade de propostas. Gerir conflitos e interesses.</p>	<p>Mobilizador – nível avançado Sensibiliza e envolve. Promove o compromisso e a responsabilidade partilhada. Promove a tomada de decisões e a concretização de soluções. Em parceria, os diferentes atores tornam-se autónomos e são os promotores da salvaguarda do PCI.</p> <ul style="list-style-type: none"> As técnicas referidas na linha anterior para o nível Mobilizador Médio; <i>Workshops</i> de capacitação especializada e intervenção dos CGIs pós-ação. Por exemplo, para Pesquisa/Documentação/Inventariação: cursos sobre condução de entrevistas, recolha de documentos, registo vídeo, estruturas de inventários, preenchimento de dados, publicação <i>online</i>, entre outros. Realização da inventariação pós capacitação. Pesquisa-ação e técnicas de capacitação sobre as práticas. Por exemplo, para promover a Transmissão - a rede de atores, destacando-se o papel da “comunidade de prática”, partilha e ensina mostrando e fazendo - no contexto original do PCI (<i>in situ</i>) e, depois ou em paralelo, no contexto de formação/educação. A rede de atores, o público geral e, em particular, crianças e jovens aprendem vendo e participando. Dinamização de Grupos de trabalho onde os CGIs, numa estratégia concertada definem, implementam e promovem ações específicas; Sessões de <i>feedback</i> dos Grupos de trabalho (públicas ou não) – análise do processo. Apresentação de Relatórios. Modificação do plano se necessário. Rever expectativas; (...)
Monitorizar/ Avaliação e Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação do processo e os resultados/impacto das ações; Programa pós-projeto; Plano da sustentabilidade das ações pós-projeto; Avaliação das ações pós-projeto; (...) 	<p>Mobilizador - nível avançado Sensibiliza e envolve. Promove o compromisso e a responsabilidade partilhada. Promove a tomada de decisões e a concretização de soluções. Em parceria, os diferentes atores tornam-se autónomos e são os promotores da salvaguarda do PCI.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Sessões de Avaliação - apresentação de Resultados e Plano Pós-projeto – nos Grupos de Trabalho e em Sessões públicas; Divulgação no <i>website</i>, nos media e em eventos públicos (Exposições, <i>Street Stalls</i> ...); Publicação do Relatório Final com dados quantitativos e qualitativos, com o registo do processo, a identificação dos benefícios para a salvaguarda e para os CGIs e a descrição do plano pós-projeto – <i>online</i> e impresso; Concretização do plano pós-projeto – sustentabilidade das práticas e aplicação a longo prazo das competências adquiridas pelos CGIs; (...)

Bibliografia

ACCU-UNESCO (2006) *Expert Meeting on Community Involvement in Safeguarding Intangible Cultural Heritage: Towards the Implementation of the 2003 Convention*. Tokyo, Japan. 13-15 March.
<https://www.accu.or.jp/ich/en/pdf/b2006Expert.pdf> [Consultado 08/01/2018]

ADELL, Nicholas (2015) "Polyphony vs. Monograph: The Problem of Participation in a French ICH Dossier". In ADELL, Nicolas; BENDIX, Regina F.; BORTOLOTTTO, Chiara; TAUSCHEK, Markus (Eds.) *Between Imagined Communities and Communities of Practice*. Göttingen Studies in Cultural Property, Vol. 8. Universitätsverlag. 237-247.
www.oapen.org/download?type=document&docid=610380 [Consultado 01/04/2018]

ADNAN, S., BARREN, A., NURUL ALAM, S. M., e BRUSTINOW, A. (1992). *People's participation: NGOs and the flood action plan*. Dhaka, Bangladesh: Research and Advisory Services.

ARTESE, Maria Teresa; GAGLIARDI, Isabella (2017) "Inventorying Intangible Cultural Heritage on the Web: a Life-cycle Approach". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 12. 112-138.
http://www.ijih.org/fileDown.download?filePath=12/dtl/56e8bbcc-03b6-445f-b85d-510e84399763&fileName=IJIH+vol12_9_Inventorying+ICH.pdf&contentType=volumeDtl&downFileId=667&fileType=PDF&type=pdf
[Consultado 08/01/2018]

BAKAR, Aisyah Abu; OSMAN, Mariana M.; BACHOK, Syahriah; IBRAHIM, Mansor (2014) "Analysis on Community Manifestation of Intangible Cultural Heritage: Case Study of Malacca Cultural Community". In *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, Vol. 01. 1-11.
https://www.researchgate.net/profile/Aisyah_Abu_Bakar/publication/275909892_Analysis_on_Community_Manifestation_of_Intangible_Cultural_Heritage_Case_Study_of_Malacca_Cultural_Community/links/5549b1b70cf205bce7ac37d3.pdf [Consultado 08/01/2018]

BARBE, Noël; CHAULIAC, Marina; TORNATORE, Jean-Louis (2015) "Intangible Cultural Heritage Exposed to Public Deliberation: a Participatory Experience in a Regional Park". In ADELL, N.; BENDIX, R.; BORTOLOTTTO, C.; TAUSCHEK, M. (Eds.) *Between Imagined Communities and Communities of Practice*. Göttingen Studies in Cultural Property, Vol. 8. Universitätsverlag. 201-217.
www.oapen.org/download?type=document&docid=610380 [Consultado 01/04/2018]

BAUMAN, Zygmunt (2001) *Community: Seeking Safety in an Insecure World*. Cambridge: Polity Press.

BHOWMIK, Samir; DÍAZ, Lily (2016) "Hot Stones and Cool Digitals: Sustainable Contact Zones for Intangible Cultural Heritage in Finland". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 11. 162-171.
http://www.ijih.org/fileDown.download?filePath=11/dtl/68c503d7-bf3c-41bc-8f8f-a1ab646d8566&fileName=vol+11_sp1_Samir+Bhowmik+and+Lily+D%C3%ADaz.pdf&contentType=volumeDtl&downFileId=614&fileType=PDF&type=pdf [Consultado 08/01/2018]

BLAKE, Janet (2009) "UNESCO 2003 Convention on Intangible Cultural Heritage: the implications of community involvement in 'safeguarding'". In SMITH, Laurajane; AGAWAKA, Natsuko (Eds.) *Intangible Heritage*. London & New York. Routledge Taylor & Francis Group. 45-73.

BLAKE, Janet (2015) "From Global to Local Heritage: Intangible Cultural Heritage and the Role of the Museum". In *Anthropology of the Middle East*, Vol. 10, Nº 1. 22-40.
<https://www.berghahnjournals.com/view/journals/ame/10/1/ame100103.xml> [Consultado 08/01/2018]

BLAKE, Janet (2018) "Further reflections on community involvement in safeguarding intangible cultural heritage". In Natsuko Akagawa, Laurajane Smith (eds.) (2018) *Safeguarding Intangible Heritage Practices and Politics*. London: Routledge.

BORTOLOTTTO, Chiara (2011) "A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003". In *Revista Memória em Rede*, Pelotas, Vol. 2, Nº 4. 6-17.
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9532> [Consultado 17/04/2018]

BORTOLOTTI, Chiara (2013) "Les Inventaires du Patrimoine Immatériel en Italie État, Régions et Associations". In *Atas do Colóquio Internacional Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspectivas*. Lisboa. Edição electrónica: Direção-Geral do Património Cultural. 27-42.

http://www.igespar.pt/media/uploads/dgpc/Políticas_Publicas_para_o_Patrimonio_Imaterial_na_Europa_do_Sul_DGPC_2013.pdf
[Consultado 30/04/2018]

BORTOLOTTI, C. (2015) "UNESCO and Heritage Self-Determination: Negotiating Meaning in the Intergovernmental Committee for the Safeguarding of ICH". In ADELL, N.; BENDIX, R.; BORTOLOTTI, C.; TAUSCHEK, M. (Eds.) *Between Imagined Communities and Communities of Practice. Göttingen Studies in Cultural Property*, Vol. 8. Universitätsverlag. 249-271.

www.oapen.org/download?type=document&docid=610380 [Consultado 01/04/2018]

BRUMANN, Christoph (2015) "Community as Myth and Reality in the UNESCO World Heritage Convention" in ADELL, Nicolas; BENDIX, Regina F.; BORTOLOTTI, Chiara; TAUSCHEK, Markus (Eds.) *Between Imagined Communities and Communities of Practice. Göttingen Studies in Cultural Property*, Volume 8. Universitätsverlag Göttingen. 273-288.

www.oapen.org/download?type=document&docid=610380 [Consultado 01/04/2018]

BRUNO, Cristina (1996) "Museologia e Comunicação". In *Cadernos de Sociomuseologia*, Vol. 9. Centro de Estudos de Sociomuseologia. ULHT. Lisboa.

CARVALHO, Ana (2011) *Os Museus e o Património Cultural Imaterial: Estratégias para o Desenvolvimento de Boas Práticas*. Évora: CIDEHUS/Edições Colibri.

CARVALHO, Ana (org.) (2016) *Participação: Partilhando a Responsabilidade*. Lisboa: Acesso Cultura.

CHAN, Catherine S. (2017) "Folklore without a folk: questions in the preservation of the Marinduque Moriones heritage." In *International Journal of Heritage Studies*, Vol. 23, Nº 1. 29-40.

<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13527258.2016.1232746?needAccess=true>. [Consultado 08/01/2018]

CHRISTIDIS, Leslie; DANIEL, Vinod; MONAGHAN, Paul (2008) "Safeguarding Intangible Cultural Heritage in the Pacific: a Brief Report on Recent Progress at the Australian Museum". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 03. 144-147.

<http://www.ijih.org/fileDown.down?filePath=3/dtl/1b5434bb-28f1-4936-8b45-af338b33327e&fileName=Safeguarding+Intangible.pdf&contentType=volumeDtl&downFileId=41&fileType=PDF&type=pdf>
[Consultado 08/01/2018]

CLIFFORD, James (1997) "Museums as Contact Zones" in *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge, MA: Harvard University Press: pp. 188-219.

CLARO, João Martins (2009) "«Aspectos Jurídicos do Património Cultural Imaterial". In Paulo Ferreira da Costa (Coord.) *Atas do Colóquio Museus e Património Imaterial : agentes, fronteiras, identidades*. Lisboa. Instituto dos Museus e da Conservação, Softlimits. 141-151.

COMMUNITY PLACES (2014) *Community Planning Toolkit - Community Engagement. Belfast: Big Lottery Fund*.
<https://www.communityplanningtoolkit.org/sites/default/files/Engagement.pdf> [Consultado 01/07/2018]

COSTA, Paulo Ferreira da (2008) "Discretos Tesouros: Limites à Proteção e outros Contextos para o Inventário do Património Imaterial". In *Revista Museologia.pt*, Nº 2, Lisboa. Instituto dos Museus e da Conservação. 17-35.

COSTA, Paulo Ferreira da (2013) "O «Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial»: da prática etnográfica à voz das comunidades". In *Atas do Colóquio Internacional Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspectivas*. Lisboa. Edição electrónica: Direção-Geral do Património Cultural. 93-116.

http://www.igespar.pt/media/uploads/dgpc/Políticas_Publicas_para_o_Patrimonio_Imaterial_na_Europa_do_Sul_DGPC_2013.pdf
[Consultado 30/04/2018]

DAGNINO, Francesca; POZZI, Francesca (2016) "The i-Treasures project: capturing the intangible through Information and Communication Technologies". In SEVERO, Marta; CACHAT, Séverine (eds.) *Patrimoine culturel immatériel et numérique: transmission, participation, enjeux*. L'Harmattan. Paris. 169-182.

DEACON, Harriet; BORTOLOTTI, Chiara (2012) "Charting A Way Forward: Existing Research and Future Directions for ICH Research Related to the Intangible Heritage Convention". In *2012 The First ICH Researchers Forum of 2003 Convention*. International Research Centre for Intangible Cultural Heritage in the Asia-Pacific Region (IRCI). 31-41.
http://irci.jp/assets/files/2012_ICH_Forum.pdf#page=29. [Consultado 08/01/2018]

DR (Diário da República) (2008) Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008 de 12 de Setembro. Aprova a *Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade*, assinada em Faro em 27 de Outubro de 2005.
<https://dre.pt/application/conteudo/453874> [Consultado 15/04/2018]

FU, Yi; KIM, Sangkyun; MAO, Ruohan (2017) "Crafting Collaboration: Conflict Resolution and Community Engagement in the Hangzhou Arts and Crafts Museum Cluster". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 12. 60-75.
http://www.ijih.org/fileDown.down?filePath=12/dtl/2ef4b931-7613-46bb-a893-3585da1622bf&fileName=IJIH+vol12_6_Crafting+Collaboration.pdf&contentType=volumeDtl&downFileId=664&fileType=PDF&type=pdf [Consultado 08/01/2018]

GALLA, Amareswar (2008) "The First Voice in Heritage Conservation". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 03. 10-25.
<http://www.ijih.org/fileDown.down?filePath=3/dtl/851d4fac-68d5-4664-9ad7-3225dfd057a8&fileName=3-1.pdf&contentType=volumeDtl&downFileId=31&fileType=PDF&type=pdf> [Consultado 08/01/2018]

GIGLITTO, Danilo (2014) "Using wiki software to enhance community empowerment by building digital archives for intangible cultural heritage". In *Euro Med 2014, Intangible Cultural Heritage Documentation*. 267-277.
<https://pdfs.semanticscholar.org/8ba6/0fe0de183481db8b5dc8ddb51e01bc1102b4.pdf> [Consultado 08/01/2018]

GONZÁLEZ, Mercedes B. (2016) "World Heritage, Grassroot Management: A Community Participation Experience Inventorying Six "Milongas" in Buenos Aires". In HENRIQUES, Cláudia; MOREIRA, Maria Cristina; CÉSAR, Pedro (org.) *Tourism and History World Heritage – Case Studies of Ibero-American Space*. Interdisciplinary Centre of Social Sciences – University of Minho (CICS.NOVA.UMinho). 468-482.
http://revistacomsoc.pt/index.php/cics_ebooks/article/view/2578. [Consultado 08/01/2018]

HERTZ, Hellen (2015) "Bottoms, Genuine and Spurious". In ADELL, N.; BENDIX, R.; BORTOLOTTI, C.; TAUSCHEK, M. (Eds.) *Between Imagined Communities and Communities of Practice*. Göttingen Studies in Cultural Property, Vol. 8. Universitätsverlag. 25-57.
www.oapen.org/download?type=document&docid=610380 [Consultado 01/04/2018]

ISNART, Cyril (2013) "«Le Patrimoine Immatériel en Europe du Sud du Folklore à L'action Culturelle Ordinaire"». In *Atas do Colóquio Internacional Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspetivas*. Lisboa. Edição electrónica: Direção-Geral do Património Cultural. 117-129.
http://www.igespar.pt/media/uploads/dgpc/Políticas_Publicas_para_o_Patrimonio_Imaterial_na_Europa_do_Sul_DGPC_2013.pdf [Consultado 30/04/2018]

JACOBS, Marc (2016) "The Spirit of the Convention – Interlocking Principles and Ethics for Safeguarding Intangible Cultural Heritage". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 11. 72-87.
http://www.ijih.org/fileDown.down?filePath=11/dtl/73f5b3cf-ed6a-4e37-9e20-76ae126d5d35&fileName=vol+11_vp4_Marc+Jacobs.pdf&contentType=volumeDtl&downFileId=608&fileType=PDF&type=pdf [Consultado 08/01/2018]

JACOBS, Marc (2017) "Glocal Perspectives on Safeguarding. CGIs, ICH, Ethics and Cultural Brokerage". In UESUGI, tomiyuki; SHIBA, Mari (eds.) (2017) *Global Perspectives on Intangible Cultural Heritage: Local Communities, Researchers, States and UNESCO, with special focus on Global and National perspectives*. Tokyo. Center for Global Studies, Seijo University. 49-72.
<http://www.seijo.ac.jp/research/glocal-center/publications/english-study-series/jtmo420000000rgg-att/jtmo420000000iyf4.pdf> [Consultado 01/04/2018]

JANEIRINHO, Raquel F. (2012) *Património, Museologia e Participação: Estratégias Museológicas Participativas no Concelho de Peniche*. Dissertation submitted for the degree of Master in Museology, in the Master Course in Museology, conferred by the University Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/raquel_janeirinho.pdf [Consultado 15/07/2018]

JANSSENS, Ellen; LINDEN, Hans van der; WIERCX, Bram (2013) *www.immaterieelerfgoed.be: A platform for intangible cultural heritage in Flanders (Belgium)*. In 2013 Digital Heritage International Congress (Digital Heritage). Marseille. 95-98.

<http://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?tp=&arnumber=6744736&isnumber=6743615> [Consultado 08/01/2018].

KHAZNADAR, Chérif (2013) "Des Arts Traditionnels au Patrimoine Immatériel". In *Atas do Colóquio Internacional Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspectivas*. Lisboa. Edição electrónica: Direção-Geral do Património Cultural. 9-16.

http://www.igespar.pt/media/uploads/dgpc/Políticas_Publicas_para_o_Patrimonio_Imaterial_na_Europa_do_Sul_DGPC_2013.pdf [Consultado 30/04/2018]

KHAZNADAR, Chérif (2016) "Intangible cultural heritage and digital tools: passing on, participative management, issues at stake". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 12. 218-220.

http://www.ijih.org/fileDown.down?filePath=12/dtl/a045a809-9e29-4bd9-8b62-be466a52f564&fileName=JIH+vol12_17_Intangible+cultural+heritage+and+digital+tools.pdf&contentType=volumeDtl&downloadFileId=675

[. \[Consultado 08/01/2018\]](http://www.ijih.org/fileDown.down?filePath=12/dtl/a045a809-9e29-4bd9-8b62-be466a52f564&fileName=JIH+vol12_17_Intangible+cultural+heritage+and+digital+tools.pdf&contentType=volumeDtl&downloadFileId=675&fileType=PDF&type=pdf)

KIVILAAKSO, Aura; MARSIO, Leena (2017) "Safeguarding living heritage with participatory Wiki-inventorying in Finland". In *Memoriamedia Review*, vol. 01. Art. 3.

http://memoriamedia.net/pdfarticles/ENG_%20MEMORIAMEDIAREVIEW_Finlandia.pdf [Consultado on: 19/01/2018]

KURIN, Richard (2004) "Safeguarding Intangible Cultural Heritage in the 2003 UNESCO Convention: a critical appraisal". In *Museum International*, Vol. 56, Nº 1-2. 66-77.

<http://www.shi.or.th/upload/Download%20File/%E0%B8%A8%E0%B8%B8%E0%B8%81%E0%B8%A3%E0%B9%8C%E0%B9%80%E0%B8%AA%E0%B8%A7%E0%B8%99%E0%B8%B2%202555/Kurin%202004.pdf> [Consultado 08/01/2018]

KURIN, Richard (2007) "Safeguarding Intangible Cultural Heritage: Key Factors in Implementing the 2003 Convention". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 02. 10-20.

<http://www.ijih.org/fileDown.down?filePath=2/dtl/5e19c24e-9ccc-4149-a8b0-f5cd525a734d&fileName=Vol.2-1.pdf&contentType=volumeDtl&downloadFileId=16&fileType=PDF&type=pdf> [Consultado 08/01/2018]

LAMOTHE, Mathilde (2012) "Captation d'images et inventaire multimédia du patrimoine culturel immatériel, une expérience Québécoise". In *Journal des anthropologues*, Nº 130-131. 281-303.

<http://journals.openedition.org/jda/5191> [Consultado 08/01/2018].

LEAL, João (2009) "O Património Imaterial e a Antropologia Portuguesa". In Paulo Ferreira da Costa (Coord.) *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*. Lisboa. Instituto dos Museus e da Conservação, Softlimits, S.A. 288-295.

LEAL, João (2013) "Cultura, Património Imaterial, Antropologia". In *Atas do Colóquio Internacional Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspectivas*. Lisboa. Edição electrónica: Direção-Geral do Património Cultural. 131-144.

http://www.igespar.pt/media/uploads/dgpc/Políticas_Publicas_para_o_Patrimonio_Imaterial_na_Europa_do_Sul_DGPC_2013.pdf [Consultado 30/04/2018]

LAVE, Jean; WENGER, Etienne (1991) *Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation*. Cambridge: Cambridge University Press.

LIMA, José (2008) *Museus em «Banda Larga» – Estudo Exploratório sobre Museus, Comunicação e Novas Acessibilidade*. Dissertation submitted for the degree of Master in Museology, in the Master Course in Museology, conferred by the University Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/jose_lima.pdf [Consultado 15/07/2018]

MARTINS, H., (2013), "Sobre o lugar e os usos das imagens na antropologia: notas críticas em tempos de audiovisualização do mundo" in *Etnográfica* [Online], vol. 17 (2) | 2013. Pp. 395-419.

<http://etnografica.revues.org/3168> ; DOI : 10.4000/etnografica.3168 [Consultado em 18-1-2015]

- MCCLEERY, Alison ; McCLEERY, Alistair (2016) "Inventorying Intangible Heritage: the approach in Scotland" . In SEVERO, Marta; CACHAT, Séverine (eds.) *Patrimoine culturel immatériel et numérique: transmission, participation, enjeux*. L'Harmattan. Paris. 183-197.
- MOREIRA, Fernando (2008) *O Turismo e os Museus Nas Estratégias e nas Práticas de Desenvolvimento Territorial*. Dissertation submitted for the degree of Ph.d. in Museology in the Doctoral Course in Museology, conferred by the University Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/fernando_moreira.pdf [Consultado 15/07/2018]
- ORR, Joanne; THOMAS, Sara (2016) "From First Footing to Faeris: An Inventory of Scotland's Living Culture". In SEVERO, Marta; CACHAT, Séverine (eds.) *Patrimoine culturel immatériel et numérique: transmission, participation, enjeux*. L'Harmattan. Paris. 199-206.
- PARK, Soon Cheol (2014) "ICHPEDIA, a case study in community engagement in the safeguarding of ICH online". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 09. 70-82.
<http://www.ijih.org/fileDown.down?filePath=9/dtl/fed62778-f552-4894-8712-c4924fa55ba0&fileName=IJIH-Vol.9%28eng%29%28Soon+Cheol+Park%29.pdf&contentType=volumeDtl&downFileId=465&fileType=PDF&type=pdf>
[Consultado 08/01/2018]
- PEREIRO, X. (2006) "Património cultural: o casamento entre património e cultura". In *ADRA*, Nº 2. Revista dos sócios do Museu do Povo Galego. 23-41.
- PIETROBRUNO, Sheenagh (2016) "Youtube and Intangible Cultural Heritage: Disseminating Community Expressions Within a Commercial Platform". In SEVERO, Marta et CACHAT, Séverine (eds.) *Patrimoine Culturel Immatériel Et Numérique: Transmission, participation, enjeux*. Paris. L'Harmattan. 109-130.
- PIKE, Kenneth L. (1967) *Language in relation to a unified theory of the structures of human behavior* (2nd ed.). The Hague. Mouton.
- PRETTY, J. N. (1994). "Alternative systems of inquiry for sustainable agriculture" in *IDS Bulletin*, 25(2), 37-48. University of Sussex: IDS
- PRIMO, Judite (1999) "Pensar Contemporaneamente a Museologia". In *Cadernos de Sociomuseologia-Museologia: Teoria e Prática*, Nº 16. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa. ULHT. 5-38.
<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/350> [Consultado 15/07/2018]
- RODIL, Kasper (2017) "A Perspective on Systems Design in the Digitisation of Intangible Cultural Heritage". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 12. 190-198.
http://www.ijih.org/fileDown.down?filePath=12/dtl/ec93d3be-5a12-4a58-a0da-a92271d47697&fileName=IJIH+vol12_13_Digitisation+systems.pdf&contentType=volumeDtl&downFileId=671&fileType=PDF&type=pdf
[Consultado 08/01/2018]
- RODIL, Kasper; REHM, Matthias (2015) "A Decade Later: Looking at the Past while Sketching the Future of ICH through the Tripartite Digitisation Model". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 10. 48-60.
<http://www.ijih.org/fileDown.down?filePath=10/dtl/12bbe42c-2923-41ce-86a9-4bf28f5f8874&fileName=05-IJIH+A+Decade+Later.pdf&contentType=volumeDtl&downFileId=563&fileType=PDF&type=pdf>. [Consultado 08/01/2018]
- RUDDOLFF, Britta; RAYMOND, Susanne (2013) "A Community Convention? An analysis of Free, Prior and Informed Consent given under the 2003 Convention". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 8. 154-164.
<http://www.ijih.org/fileDown.down?filePath=8/dtl/165568a0-699c-4ed4-9003-da45645a2e7f&fileName=IJIH-Vol.8%28eng%29%28Britta+Rudolf.Susanne+Raymond%29.pdf&contentType=volumeDtl&downFileId=434&fileType=PDF&type=pdf>
[Consultado 08/01/2018]
- SANCHO, Lorena (2014) "License to Listen": the Challenge of Building a System of Participatory Inventory of Ich with Coastal Communities in Portugal". In *Journal of Maritime Research*, Vol. XI, Nº I. 25-33.
<https://www.jmr.unican.es/index.php/jmr/article/view/320/289>. [Consultado 08/01/2018]

SEVERO, Marta (2016) "Avant-Propos". In SEVERO, Marta et CACHAT, Séverine (eds.) *Patrimoine Culturel Immatériel Et Numérique: Transmission, participation, enjeux*. L'Harmattan. Paris. 7-12.

SEVERO, Marta; VENTURINI, Tommaso (2015) "Intangible cultural heritage webs: Comparing national networks with digital methods". In *New Media & Society*, Vol. 18, Nº 8. 1616-1635.
<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444814567981>. [Consultado 08/01/2018]

SHANKAR, Guha (2010) "From subject to producer: reframing the indigenous heritage through cultural documentation training". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 05. 14-24.
<http://www.ijih.org/fileDown.down?filePath=5/dtl/95aea280-489d-4e29-9f92-a87cb08892bc&fileName=Vol.5-2.pdf&contentType=volumeDtl&downFileId=55&fileType=PDF&type=pdf>. [Consultado 08/01/2018]

SICARD, Hugues (2016) "Le numérique au secours du patrimoine culturel immatériel?". In SEVERO, Marta et CACHAT, Séverine (eds.) *Patrimoine Culturel Immatériel Et Numérique: Transmission, participation, enjeux*. L'Harmattan. Paris. 31-40.

SMITH; Rhianned (2009) "Finding the 'First Voice' in Rural England: the challenges of safeguarding Intangible Heritage in a National Museum". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 04. 14-25.
<http://www.ijih.org/fileDown.down?filePath=4/dtl/9dbe0230-4596-43b7-96e5-a0b5dfee279f&fileName=Vol.4-1.pdf&contentType=volumeDtl&downFileId=44&fileType=PDF&type=pdf>. [Consultado 08/01/2018]

SOARES, Maria F. (2008) *Museus Tradicionais e Museus Virtuais: Os objectos e os Modelos 3D numa Relação Paradigmática*. Thesis submitted as partial requirement for obtaining a Master degree in Museology: Exhibition Contents granted by the Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Departments of History and Anthropology.
<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3066/1/Tese%20PDF.pdf> [Consultado 15/07/2018]

SOUSA, Filomena (2015) *INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE. MEMORIAMEDIA e-Museum- methods, techniques and practices*. Lisboa. Memória Imaterial CRL.
http://www.memoriamedia.net/pci_docs/PCI-MEMORIAMEDIA_METODOS_PRATICAS_web.pdf. [Consultado 18/04/2018]

SOUSA, Filomena (2017) "Map of e-Inventories of Intangible Cultural Heritage". In *Memoriamedia Review*, Vol 01, Nº 1. Art.1.
http://memoriamedia.net/pdfarticles/ENG_MEMORIAMEDIAREVIEW_Mapa_einventarios.pdf [Consultado on 19/01/2018]

- TAMM, Epp (2017) "Estonian National Inventory of Intangible Cultural Heritage – crowdsourcing practising communities". In *Memoriamedia Review*, Vol. 01. Art.3.
http://memoriamedia.net/pdfarticles/EN_MEMORIAMEDIAREVIEW_Estonia.pdf [Consultado 19/01/2018]

TAUSHEK, Marcus (2015) "Imaginations, Constructions and Constraints: Some Concluding Remarks on Heritage, Community and Participation". ADELL, Nicolas; BENDIX, Regina F.; BORTOLOTTI, Chiara; TAUSCHEK, Markus (Eds.) *Between Imagined Communities and Communities of Practice*. Göttingen Studies in Cultural Property, Vol. 8. Universitätsverlag. 291-306.

UNESCO (1972) *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*.
<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114044e.pdf#page=134> [Consultado 17/04/2018]

UNESCO (1989) *Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore*. Twenty-fifth session, Paris, France. 17 October-16 November.
<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000846/084696e.pdf#page=242> [Consultado 17/04/2018]

UNESCO (1999) *International Conference 'A Global Assessment of the 1989 Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore: Local Empowerment and International Cooperation'*, Washington, U.S.A. 23-30 June.
<https://ich.unesco.org/doc/src/00111-EN.pdf> [Consultado 17/04/2018]

UNESCO (2001) *Universal Declaration on Cultural Diversity*.
<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127162e.pdf> [Consultado 17/04/2018]

UNESCO (2002) *Intangible Cultural Heritage, mirror of cultural diversity. Third Round Table of Ministers of Culture. Istanbul, Turkey. 16-17 September.*

http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=6209&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html [Consultado 17/04/2018]

UNESCO (2003) *Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage.*

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540e.pdf> [Consultado 17/04/2018]

UNESCO (2005) *Expert meeting on inventorying Intangible Cultural Heritage. Intergovernmental Committee for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, France. 17-18 March.*

<https://ich.unesco.org/doc/src/00036-EN.pdf> [Consultado 18/04/2018]

UNESCO (2006) *Expert meeting on documentation and archiving of intangible cultural heritage. Intergovernmental Committee for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, France. 12-13 January.*

https://ich.unesco.org/en/events?meeting_id=00017 [Consultado 18/04/2018]

UNESCO (2007) *International seminar on Principles and Experiences of Drawing Up ICH Inventories in Europe. Tallinn, Estonia. 14-15 May.*

<https://ich.unesco.org/doc/src/00203-EN.pdf> [Consultado 17/04/2018]

UNESCO (2013) *Report on the evaluation by the Internal Oversight Service of UNESCO's standard-setting work of the Culture Sector and the related audit of the working methods of Cultural Conventions. Intergovernmental Committee for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Eighth session Baku, Azerbaijan. 2-7 December 2013 (ITH/13/8.COM/5.c).*

<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002230/223095E.pdf> [Consultado 17/04/2018]

UNESCO (2015) *Expert meeting on a model code of ethics. Intergovernmental Committee for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Tenth session, Windhoek, Namíbia. 30 November- 4 December (ITH/15/10.COM/15.a).*

<https://ich.unesco.org/en/decisions/10.COM/15.A>. [Consultado 18/04/2018]

UNESCO (2016) *Operational Directives for the Implementation of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage.*

<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002230/223095E.pdf> [Consultado 17/04/2018]

UNIÃO EUROPEIA (2018) *Participatory Governance of Cultural Heritage.* Luxembourg: Publications Office of the European Union.

VAN UYTSEL, Steven (2012) "Philosophies Behind the Intangible Cultural Heritage Convention: Equality in Heritage Protection, Community Recognition and Cultural Diversity". *SSRN's eLibrary.*

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2001835 [Consultado 08/01/2018]

VAN ZANTEN, Wim (2012) "The Relation Between Communities and Their Living Culture as Represented by Audiovisual Files". In *2012 The First ICH Researchers Forum of 2003 Convention. International Research Centre for Intangible Cultural Heritage in the Asia-Pacific Region (IRCI).* 87-92.

http://irci.jp/assets/files/2012_ICH_Forum.pdf#page=29 [Consultado 08/01/2018]

VNA (2009), *Vídeo nas Aldeias* <http://videonasaldeias.org.br>

VERGO, P. (1989), *The New Museology.* London: Reaktion Books.

WENDLAND, Wend B. (2009) "Seeking tangible benefits from linking culture, development and intellectual property". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 04. 128-136.

<http://www.ijih.org/fileDown.down?filePath=4/dtl/78bba0b7-0af5-45eb-9632-8f718d7645a3&fileName=Vol.4-8.pdf&contentType=volumeDtl&downFileId=51&fileType=PDF&type=pdf>. [Consultado 08/01/2018]

WENGER, Etienne (1998) *Communities of Practice. Learning, Meaning, and Identity.* Cambridge: Cambridge University Press.

Anexo 1

Ethical Principles for Safeguarding Intangible Cultural Heritage

in <https://ich.unesco.org/en/ethics-and-ich-00866> [Consultado 18/04/2018] (Ênfase no original):

1. Communities, groups and, where applicable, individuals should have the **primary role** in safeguarding their own intangible cultural heritage.
2. The **right of communities, groups and, where applicable, individuals** to continue the practices, representations, expressions, knowledge and skills necessary to ensure the viability of the intangible cultural heritage should be recognized and respected.
3. **Mutual respect** as well as a respect for and mutual appreciation of intangible cultural heritage, should prevail in interactions between States and between communities, groups and, where applicable, individuals.
4. All interactions with the communities, groups and, where applicable, individuals who create, safeguard, maintain and transmit intangible cultural heritage should be characterized by **transparent collaboration**, dialogue, negotiation and consultation, and contingent upon their **free, prior, sustained and informed consent**.
5. **Access** of communities, groups and individuals to the instruments, objects, artefacts, cultural and natural spaces and places of memory whose existence is necessary for expressing the intangible cultural heritage should be ensured, including in situations of armed conflict. Customary practices governing access to intangible cultural heritage should be fully respected, even where these may limit broader public access.
6. Each community, group or individual should assess the value of its own intangible cultural heritage and this intangible cultural heritage should **not be subject to external judgements of value or worth**.
7. The communities, groups and individuals who create intangible cultural heritage should **benefit from the protection** of the moral and material interests resulting from such heritage, and particularly from its use, research, documentation, promotion or adaptation by members of the communities or others.
8. The **dynamic and living nature of intangible cultural heritage** should be continuously respected. Authenticity and exclusivity should not constitute concerns and obstacles in the safeguarding of intangible cultural heritage.
9. Communities, groups, local, national and transnational organizations and individuals should carefully assess the direct and indirect, short-term and long-term, potential and definitive **impact** of any action that may affect the viability of intangible cultural heritage or the communities who practise it.
10. Communities, groups and, where applicable, individuals should play a significant role in determining what constitutes **threats to their intangible cultural heritage** including the decontextualization, commodification and misrepresentation of it and in deciding how to prevent and mitigate such threats.
11. **Cultural diversity** and the identities of communities, groups and individuals should be fully respected. In the respect of values recognized by communities, groups and individuals and sensitivity to cultural norms, specific attention to **gender** equality, **youth** involvement and **respect for ethnic identities** should be included in the design and implementation of safeguarding measures.
12. The safeguarding of intangible cultural heritage is of **general interest to humanity** and should therefore be undertaken through cooperation among bilateral, sub regional, regional and international parties; nevertheless, communities, groups and, where applicable, individuals should never be alienated from their own intangible cultural heritage

